

A-670-
R/d

Sessão de 30 de abril 2022

ATA N.º 3/2022

----- A Assembleia Municipal de Sertã reuniu em Sessão Ordinária, nos termos do nº 1 do artigo 27º e na alínea b) do nº 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75 de 12 de setembro 2013, para deliberação sobre os assuntos constantes na Ordem do Dia, no dia trinta de abril de dois mil e vinte e dois pelas 15,00 horas, no Salão da Assembleia Municipal no Edifício dos Paços do Concelho, presidida por José Pedro Leitão Ferreira, auxiliado pelos secretários Ana Margarida Cardoso Alves e Anabela Farinha Leitão Ruivo Brízio. -----

----- Feita a chamada verificou-se a existência das seguintes presenças: José Pedro Leitão Ferreira, Alfredo Manuel Pereira Geraldês Dias, Vítor Manuel do Carmo Cavalheiro, João Carlos Silva Almeida, Ana Margarida Cardoso Alves, Maria de Lurdes Silva Teixeira Sequeira, Jorge Manuel Rodrigues Farinha, António José Lopes Simões, Anabela Farinha Leitão Ruivo Brízio, Jorge Manuel Marques Coluna, Francisco José Antunes Dias Rei, Raquel Sofia Dias H. Antunes, Cristina Maria Farinha Simão Dias, Nuno Pedro Leitão da Costa Melo, Cristiana Tagaio dos Santos, Vera Lúcia Ruivo Dias, Paulo Jorge António Martins Ferreira, Maria João Fernandes da Mota Torres, Álvaro Fernando Carvalho Monteiro, Cátia Filipa Vicente Pinto, Jorge Manuel Farinha Nunes, Adriana Pires Santos, António Vicente Xavier de Matos, Carlos Mateus Marques Lopes, Maria João Alves Ribeiro, Paulo César Cardoso, José Mateus Lopes, Manuel Francisco Antunes Dias, Joaquim José da Silva Pereira Alves, Rogério Paulo Antunes Luis e Regina Marisa Farinha Fernandes. -----

Pediram a substituição à sessão que foi apreciada e aceite os deputados municipais: -----

Anabela Luis Nunes, (PS), tendo sido substituída por Álvaro Fernando Carvalho Monteiro;-----

Samuel Dias Xavier (PS), tendo sido substituído por Cristina Maria Farinha Simão Dias; --- -----

Daniel Filipe Nunes Luis (PSD), tendo sido substituído por Vera Lúcia Ruivo Dias; --- -----

Maria Gracinda Lourenço Marçal, (PS), tendo sido substituída por Regina Marisa Farinha Fernandes; -----

Pedro José Fernandes Vitorino Coelho, (PSD), tendo sido substituído por Paulo César Cardoso;-----

Sessão de 30 de abril 2022

-----**Presidente da Assembleia:** Cumprimentou todos os presentes. Declarou haver quórum e abriu a sessão ordinária.-----

De imediato deixou umas breves e singelas palavras sobre “ Comemoração dos 48 anos do aniversário do 25 de abril “ relembrando a importância do 25 de abril para o Poder Autárquico, proferindo que hoje estamos nesta Assembleia Municipal com esta constituição numa interação democrática sendo o resultado da revolução de abril. No período anterior ao 25 de abril de 1974 existiam só Presidentes de Câmara e de Juntas de Freguesia, não havia Assembleia Municipal, caracterizando um novo modelo do Poder Autárquico em Portugal. Enfatizou este aspeto na qualidade de Presidente da Assembleia é deveras importante e marcante na nossa vida política após 25 de abril. -----

-----**1 - PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”.**-----

-----**-1.1 – Informações sobre o expediente da Assembleia Municipal.**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Deu conhecimento que:-----

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Sertã informou que foram realizadas eleições no dia 6 de abril de 2022, conforme o previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 23.º da LPCJP tendo sido eleita Presidente da Comissão para o triénio 2022-2025, a representante da Educação, Ilda Loureiro Martinho Bicacro e foi ainda designada como secretária Sofia Raquel Nogueira Alves representante do Município. -----

Na sequência da intervenção da deputada Lurdes Sequeira na sessão anterior deu entrada um requerimento que foi devidamente encaminhado ao Senhor Presidente da Câmara e segundo informação que obteve está em processamento/tratamento.--

Informou ainda que foi apresentado pelo deputado Paulo Jorge Ferreira um “ Voto de Pesar” relativamente a um episódio de violência que vitimou, um jovem polícia, Fábio Guerra e no ponto 1.3 procederemos à votação. Igualmente deu entrada uma proposta da deputada Cátia Pinto “ criação e atribuição de um cheque de natalidade e medidas de conciliação da vida profissional com a vida familiar para todos os munícipes do concelho da Sertã.”, a apresentar no ponto 1.3 - Período de “ Antes da Ordem do Dia “-----

1.2 - Aprovação das atas n.ºs 1 e 2/2022 das sessões ordinária e extraordinária respetivamente.-----

- Colocou à votação as atas n.ºs 1/2022 da sessão ordinária de 28 de fevereiro e n.º2/2022 da sessão extraordinária de 29 de março tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade dos deputados presentes nas sessões.-----

Sessão de 30 de abril 2022

----- **1.3 – Apreciação de assuntos de interesse para o Município .** -----

- Seguidamente colocou à consideração da Assembleia Municipal a votação da proposta entregue pelo Senhor Deputado Paulo Jorge Ferreira na última sessão extraordinária “ Voto de Pesar “, pelo falecimento do jovem policia - Fábio Guerra, natural da Covilhã (Anexo I). -----

----- Colocado à votação **foi aprovado por unanimidade,** -----

De imediato propôs à submissão da Assembleia Municipal “Votos de Pesar “ apresentados pelas bancadas do PS e do PSD respetivamente pelo falecimento do Senhor Padre Miguel Farinha. -----

----- **Vitor Cavalheiro (PS):** Cumprimentou todos os presentes. Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo II). -----

----- **João Carlos Almeida (PSD):** Cumprimentou todos os presentes. Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo III). -----

----- Colocados à votação, **foram aprovados por unanimidade sendo seguidos por um minuto de silêncio .**-----

----- **Alfredo Dias (PSD):** Cumprimentou todos os presentes. Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo IV). -----

----- **Presidente da Assembleia:** Antes de passar a palavra à deputada Cátia Pinto deixou uma recomendação quanto à apresentação da proposta que fez chegar à Assembleia Municipal elaborada ao abrigo artigo 34º do Regimento da Assembleia Municipal “ Período de Antes da Ordem do Dia “. No requerimento apresentado solicita que seja integrada na “Ordem do Dia.”. A proposta diverge do pedido assim neste seguimento deu a palavra à Senhora deputada.-----

----- **Cátia Pinto (CHEGA):** Cumprimentou todos os presentes. Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo V). -----

----- **Maria João Torres (PSD):** Cumprimentou todos os presentes. Comemoramos na passada segunda-feira o “ 25 de abril “, com a inauguração do novo Posto de Turismo da Sertã, entende que está bem posicionado, numa zona nobre junto ao jardim da serrada, entretanto foi alertada por um munícipe, relativamente ao posicionamento da rampa de acesso e o corrimão anexos ao Posto de Turismo. Como se sabe muita gente pratica desporto, dentro da vila da

Sessão de 30 de abril 2022

Sertã, uns de forma competitiva, outros por lazer e bem-estar. Os passeios daquela zona nobre são os mais preferidos no final do dia, quando escurece a rampa de acesso e o corrimão tornam-se um obstáculo pouco visível. O alerta foi não pelo edificado mas sim por ocupar cerca de 1/3 do passeio. A ideia é continuar a utilizar o local para praticar atividade física e iluminar os acessos. Referiu ainda que o Posto de Turismo como é apresentado “ N2” é atrativo para os viajantes que a percorrem, para os turistas que procuram outros pontos de interesse no Município da Sertã nomeadamente as albufeiras, gastronomia devia existir divulgação neste local, no NUMOAS ou manter o Posto de Turismo que está integrado na Casa da Cultura.-----

----- **Jorge Nunes (PSD):** Cumprimentou todos os presentes. Iniciou a sua intervenção com uma nota prévia ao Senhor Presidente da Câmara dando conta que foi com agrado que viu as respostas à sua intervenção da anterior sessão da Assembleia Municipal de uma forma clara e objetiva tendo ido mais além do que era o seu propósito. -----

Teve conhecimento que ocorreu uma reunião com a ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações) no passado dia 27 de abril no Edifício dos Paços do Concelho, efetivamente esta reunião justificava-se na Sertã ou noutra local. Mas o que defende, não sabendo ainda as conclusões da reunião é que existe falta de investimento das operadoras no nosso território e em territórios de baixa densidade do País. Os serviços móveis são mais caros e de menos qualidade. Ainda assim a Sertã tem uma cobertura eficaz mas em outras localidades não isso não acontece. Por outro lado quando nos deslocamos para outros concelhos em trabalho ou lazer deparamo-nos com o problema de falta de rede, o tempo passa e as operadoras não percebem qual o serviço que têm que prestar e de certa forma o Município deve ter a perceção dos constrangimentos e dificuldades que causam à população. -----

Continuando felicita o executivo por continuar a acolher no Município da Sertã eventos desportivos de relevo. Enalteceu o aparecimento de novas práticas desportivas, não nos podemos limitar ao futebol, ao atletismo, é importante a natação, hóquei em linha, agradeceu de imediato ao Grupo Cultural e Recreativo Castelense responsável por esta prática desportiva. A propósito do CCD da Sertã continua a fazer um excelente trabalho cujos resultados são visíveis. Uma nota especial ao Grupo Desportivo São Domingos pela iniciativa, o seu querer em abraçar o atletismo. Insistiu que o Concelho da Sertã eventualmente a curto ou médio prazo vai precisar de Plano Municipal de Desporto, o desporto é saúde,

deve ser praticado e disponibilizado a todas as faixas etárias, excepcionalmente a quem tem dificuldades motoras, aos jovens que vivem em localidades limítrofes apesar de terem condições para a prática é preciso criarem-lhes condições.-----

Deixou ainda duas notas: -----

Protocolo Desportivos – foi recorrente ouvir-se nestas sessões da Assembleia Municipal em anteriores mandatos a falta de timing para a celebração dos protocolos no início do ano. Foi público que se realizou uma reunião com as Associações, os protocolos não estão contratualizados mas o executivo deve definir regras para que as Associações atempadamente apresentem o Plano de Atividades de modo que sejam analisadas as pretensões de cada coletividade. É defensor que os mesmos sejam bianuais se caso não acontecer no início de cada ano.-----

Soube que é intenção do executivo fazer parceiras de formato de comodato com algumas coletividades, reconhece a boa-fé do Presidente do executivo, mas que esta boa intenção não se transforme num presente envenenado à semelhança do da transferência de competências do Governo para as Autarquias e que os clubes protocolados através desta modalidade no futuro, sejam impedidos de eleger órgãos sociais por estarem agarrados a um protocolo que não satisfaz as necessidades. -----

----- **Cristiana Tagaio (PS):** Cumprimentou todos os presentes. Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo VI). -----

----- **Raquel Horta (PSD):** Cumprimentou todos os presentes. Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo VII). -----

----- **Paulo Jorge Ferreira (PS):** Cumprimentou todos os presentes. É com satisfação que após dois anos de pandemia a sessão da assembleia municipal retoma as práticas normais. É importante que após um período complicado que vivemos como pessoas e como concelho possamos dar o melhor. Felicitou o executivo pela iniciativa de descentralizar o Posto de Turismo de o associar à “Rota da N2,” integrado numa zona nobre da vila da Sertã. A Rota da N2 é um projeto muito acarinhado. Continuando a sua intervenção repara que no público está Senhor Eduardo Patrício que há muitos anos cita que o turismo é a melhor maneira de dar a conhecer o nosso Concelho, sugerindo diversas vezes que o imóvel “ Casa da Água da Foz da Sertã “ fosse um ponto de referência na entrada

Sessão de 30 de abril 2022

do nosso Concelho. Relembra que está em ruínas apelando que as autoridades logo que possível vedassem o edifício que oferece perigo para a população. -----

----- **João Carlos Almeida (PSD):** Cumprimentou todos os presentes. Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo VIII). -----

----- **Álvaro Monteiro (PS):** Cumprimentou todos os presentes. Iniciou a sua intervenção referindo que da próxima deslocação da Senhora deputada Maria João Torres ao Posto de Turismo verifique e enalteça o pormenor dos sanitários e horários de funcionamento - segunda a domingo das 10 horas às 19 horas. Continuou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo IX). -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Cumprimentou todos os presentes.-- Seguidamente passou a responder às questões que lhe foram colocadas pelos deputados:-----

Em primeiro lugar, iniciou com uma consideração prévia, referindo que a Câmara Municipal da Sertã não tem Gabinete para Integração da Comunidade Cigana, tem sim, um Gabinete para Integração e Apoio da Comunidade Estrangeira, incluído algumas Comunidades que possam não estar devidamente integradas. Referiu que, a comunidade cigana neste concelho não é problema. Que a Sertã tem mais de 500 cidadãos estrangeiros, sendo a maioria cidadãos europeus, brasileiros e dos países africanos de língua portuguesa. -----

Disse o Sr. Presidente da Câmara que, o Senhor deputado Alfredo Dias levantou uma questão pertinente quanto aos animais selvagens “javalis”, que pululam nas nossas florestas, quintais e ruas. Que, todo o apoio que se pode dar às populações vai sendo concedido, no entanto, não existe ambiente se as populações não fizerem o seu trabalho de preservar a própria floresta, terrenos agrícolas, no fundo, o que é o património natural e compreende bem, como a população vê o problema. Acrescentou que, como pequeno proprietário, e vivendo na União de Freguesias da Cumeada e Marmeleiro, diariamente é confrontado com aqueles animais, quando regressa à sua habitação. Que é preciso compreender, que a competência da gestão naquela matéria não é da Câmara Municipal, mas sim, das entidades gestoras das zonas de caça municipal e em última análise do próprio ICNF. E que, naquela mesma matéria, sabe que as entidades gestoras de caça nos últimos 2 anos tiveram problemas sérios, porque a Covid não possibilitou a realização de batidas e os animais reproduziram-se, não sendo abatidos em número suficiente. Disse

que, por outro lado, o ICNF impõe limites muito rígidos ao número de animais a abater, e que teve a oportunidade de conversar com antigo colega professor universitário, elemento do ICNF, que está a elaborar um estudo que irá servir de base para o Ministério do Ambiente tomar medidas sobre aquela matéria. Neste momento, disse, “*estamos perante uma praga de javalis*”. Referiu que, apesar de nada ter sido feito, temos um problema que considera ser bastante premente e de difícil resolução, porque não está ao seu alcance. Que, a sugestão é apresentar o processo junto da Assembleia da República e do Governo. Transmitiu que já o fez de uma forma informal, e que se deve tomar uma posição enquanto Município, alertando as entidades responsáveis. Vai ainda reunir com as entidades gestoras das zonas de caça, no sentido de eliminarem o máximo de animais, para se ter uma vida mais tranquila nas aldeias, especialmente para que as suas culturas não sejam destruídas.-----

Continuando a sua intervenção, referiu-se ao Posto de Turismo que foi inaugurado no dia 25 de abril. Que se diz, que a rampa de acesso está pouco visível, prejudicando as pessoas que circulam junto ao jardim. Não entende, pois cerca de 2/3 do passeio contínua livre. Disse, que gostaria que brevemente, junto ao Posto se juntassem viajantes ou turistas, e que os praticantes de desporto, se tivessem que se afastar, era um bom sinal para o Concelho da Sertã. Que, de qualquer forma, a rampa é obrigatória para o acesso a pessoas com mobilidade condicionada, mas pode-se aceitar a sugestão, e pinta-la de uma cor mais visível. Relembrou que, o Posto de Turismo durante a noite está iluminado. Disse que indicam que o mesmo destaca só a N2, o que não correspondia à verdade, que está sim junto à N2. Disse ainda, que se quer, que seja um ícone da N2, que as pessoas parem, façam fotografia, que divulguem, e entrando terão toda a informação sobre o Concelho “património, albufeira, S. Nuno, gastronomia, rotas pedestres”, de segunda a domingo das 10 horas às 19 horas indo ao encontro de todos os viajantes/turistas, iniciativa que valoriza a N2 e o Concelho da Sertã, o que não aconteceria com o Posto de Turismo sito na Casa da Cultura, que encerrava ao fim de semana não abrangendo toda esta divulgação. Sobre a N2, informou que existe um entendimento com o Governo, o Concelho da Sertã faz parte daquele, e o Presidente da Câmara é membro do Conselho Diretivo. Adiantou, que reuniu com a Sra. Dra. Ana Abrunhosa, que há um projeto estruturante para o interior do País, um plano de desenvolvimento e de coesão territorial nacional, que surge por

Sessão de 30 de abril 2022

iniciativa de um conjunto de autarquias, como referiu na sua intervenção aquando da inauguração do Posto de Turismo.-----

Relativamente à intervenção da Sra. deputada Cátia Pinto, que falou de um tema que o preocupa “criação e atribuição de um cheque à natalidade e medidas de conciliação no concelho da Sertã”, respondeu o Sr. Presidente da Câmara Municipal, que é um problema que afeta todo o interior mais ou menos 2/3 do País. Quanto a algumas medidas que preconiza, tem muitas reservas sobre a atribuição de um subsídio por criança/nascimento, respeita todos os que tomam essas decisões, nomeadamente Municípios e Juntas de Freguesia. Compreende o caso das Juntas, nomeadamente em territórios mais despovoados, mas tem dúvidas quanto à eficácia daquelas. Que, não será aquele tipo de apoio, que fará com que os casais tenham um filho. Que, o importante e fundamental, é que os Municípios apresentem condições de emprego, educação, incluindo creches, jardim-de-infância, saúde, cultura, condições para fixar a população no Concelho. Que, nada impede que se possa ter algumas medidas para estimular a natalidade, neste momento estamos em fase de elaboração de um Regulamento de Apoio à Natalidade e Fertilidade. No concelho há medidas de apoio à família, nomeadamente ação social escolar, férias desportivas, IMI - redução de acordo com o número de dependentes do agregado familiar; atividades de apoio à família extracurriculares oferta escolar de enorme qualidade, sendo um conjunto de estímulos para a fixação das famílias. Concluiu, dizendo que, não se subsidia individualmente, mas os custos suportados pelo Município com aquelas rubricas são elevados. Que o executivo estará sempre disponível para ouvir, discutir e eventualmente para considerar outras medidas dentro do orçamento, de forma a estimular a natalidade e fixar população no concelho. -----

O Sr. Presidente da Câmara comunicou ao Senhor deputado Jorge Nunes que a reunião com a ANACOM foi produtiva, estiveram presentes os Senhores Presidentes de Junta/representantes. Que, recentemente existiu uma discussão pública com todas as Uniões/Juntas, Câmara Municipal e Comunidade Medio Tejo, onde participaram, enviando comentários sobre um mapa de cobertura de fibra ótica no concelho, existindo articulação entre todos os intervenientes. Referiu que, a ANACOM é a entidade que tem o papel de regular o funcionamento das comunicações em Portugal, cobertura, preços, obrigar as operadoras a cumprir o seu trabalho mas não é a entidade que coloca as redes a funcionar, aquelas ficam a cargo das operadoras. Seguidamente fez o balanço daquela reunião: «Foi presente

Sessão de 30 de abril 2022

um estudo de cobertura de rede móvel e internet no concelho da Sertã que ocupa a nível nacional o 14º lugar, apesar de não cobrir integralmente o concelho. Em breve divulgaremos estudo à população, as conclusões estão próximas do que considerávamos e foi essa a opinião dos Senhores Presidentes da Junta. Temos duas operadoras que têm uma cobertura inexistente, má ou muito má. À volta de 30%, existem populações sem cobertura de rede e estão identificadas. Temos um outro operador de cobertura má, muito má, de 20%. Caso se ligassem a três operadoras, teríamos uma boa cobertura de rede em 96%, no concelho. Se fosse possível fazer o “roaming nacional” não teríamos problemas, é o que a ANACOM está a tentar implementar na Lei. Falou-se ainda que, no futuro, no leilão do 5G das novas operadoras. Seguramente, vão forçar outras e melhorar o seu trabalho. É um grande compromisso da ANACOM e do Governo nestas matérias de transição digital até final de 2023. Vamos ter grandes melhorias em termos de cobertura de rede de Internet no concelho, e até final de 2025 ainda mais melhorias, porque existe preocupação com os territórios do interior. Falou-se ainda em locais onde não existe cobertura de rede e da possibilidade de a aplicar através de pequenos satélites que podem resolver situações em pequenas povoações.»-----

Relativamente à intervenção do Senhor deputado Jorge Nunes, que falou do Plano Municipal de Desporto, disse o Sr. Presidente da Câmara Municipal, que é uma sugestão a ponderar, que ter-se-ia que estruturar a oferta, ver prioridades, mas que, quando se fala em desporto, vêm-se funções diferentes que deveriam ser articuladas. Referiu a função da competitividade; a função da formação desportiva e cívica; a questão da saúde e criação de hábitos de vida saudável na população; e a promoção do concelho. Disse, que temos muito e bom desporto no concelho cumprindo aquelas funções, e que os protocolos estão a ser ultimados. Em relação às Associações, disse que têm as duas vertentes, culturais/desportivas e só assinam um protocolo, futuramente, espera que aquele seja celebrado no início de cada ano. Pediu ao mesmo tempo, a colaboração das Associações para o envio da documentação, de forma a elaborar atempadamente os protocolos de 2023. Em relação ao Comodato com os Clubes de Futebol, referiu o Sr. Presidente da Câmara, que estão a analisar o procedimento para saber se compensa ou não, e se apresenta alguns problemas para os Clubes. -----

Relativamente à intervenção da Sra. deputada Cristiana Santos, aludiu o Sr. Presidente da Câmara Municipal, a necessidade de defender as causas ambientais,

Sessão de 30 de abril 2022

pensa que todos partilham daquelas preocupações. Felicitou a deputada e todos os elementos do “Planet Caretakers” pelo trabalho fantástico de recolha sistemática de lixo, que é feita junto à albufeira de Castelo de Bode. Informou que, se a Organização quiser fazer uma exposição para apresentar o trabalho e sensibilizar a população, que estariam disponíveis para colaborar. -----

Relativamente à intervenção da Sra. deputada Raquel Horta, referiu o Sr. Presidente da Câmara Municipal, que se deve garantir que o dia 24 de junho “Feriado Municipal” invoca a figura de D. Nuno Álvares Pereira. Disse que ter-se-á que ponderar sobre a Romaria a S. Nuno de Santa Maria nos próximos anos, dado que este ano não seria possível. A mesma, terá que ser preparada atempadamente, mais ou menos, nos meses de outubro ou novembro. Referiu que, a União de Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais e a Câmara Municipal optaram neste ano, por fazer uma parceria com invocação da canonização de S. Nuno de Santa Maria, com algumas atividades muito interessantes, com valor pedagógico e de cariz tradicional, e que ir-se-á refletir conjuntamente com a população. -----

Relativamente à intervenção do Sr. deputado Paulo Ferreira, sobre o imóvel em ruínas da Casa das Águas da Foz da Sertã, que é uma ameaça a quem se aproxima, disse o Sr. Presidente da Câmara que iriam enviar os serviços, notificar o proprietário e isolar o mesmo imóvel. -----

Quanto à intervenção do Sr. deputado João Carlos Almeida, disse o Sr. Presidente que, da parte do atual executivo, a E.N 238 está a fazer o seu caminho, que o Plano que o Deputado leu, não foi construído agora, foi ao longo dos últimos anos, não é responsabilidade deste executivo, naturalmente que o preocupa. Disse que iriam fazer todos os esforços, para que a EN 238 pudesse ser requalificada, sabendo à partida, não dependia só da Câmara Municipal. Referiu que, a Sertã e os concelhos limítrofes são um território de baixa densidade, em termos eleitorais têm pouco peso, mas que, as entidades competentes estão a ser alertadas por este executivo. Disse que o Sr. Deputado referiu ser uma grande oportunidade, uma Câmara Municipal PS e um Governo PS. A esta referência, lembrou o Sr. Presidente que, anteriormente a Sertã e o Governo eram PSD, a EN238 estava contemplada na concessão do Pinhal Interior e foi retirada, e que se teve uma oportunidade única para que se avançasse, o que não aconteceu. -----

Para finalizar, o Sr. Presidente da Câmara deu as boas vindas ao Senhor deputado Álvaro Monteiro, dizendo que é sempre bom ter a sua presença nestas sessões da

Assembleia Municipal, e que apesar de não participar sempre, sabe que se pode contar com a sua pessoa”. -----

----- **2 – PERÍODO DE “A ORDEM DO DIA”**.-----

----- **2.1 – Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira.**-----

----- **Maria de Lurdes Sequeira (PSD):** Cumprimentou todos os presentes. Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo X). -----

----- **Jorge Nunes (PSD):** Iniciou este ponto referindo quanto à informação do Senhor Presidente deixa uma nota especial sobre a reunião realizada com o Conselho Diretivo da Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2 ficando com a perceção que se reveste de grande interesse para o Governo Central, orgulhando-nos por fazer parte de um Município premiado com esta estrada. Disse ainda que certamente o Senhor Presidente não se irá focar só no Plano Estratégico da Rota da N 2 obviamente o Município precisa de outros Planos, outras iniciativas. Continuando estranhou que a informação escrita do Senhor Presidente não invoque o 25 de abril talvez porque o expediente da A.M. seguiu no dia 27 de março. - -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal no início da Sessão referiu que o “25 de Abril” foi um marco histórico para o País para a Europa e para o Mundo. A “Revolução de Abril” foi um exemplo, é uma data que após 48 anos deve ser respeitada, trabalhada junto da população mais jovem, escolas, porque caminhamos a passos largos para que daqui a uma ou duas décadas quem estiver no ativo tenha a consciência do que aconteceu no dia” 25 de Abril de 1974”, reconhecer que foi feito por pessoas, militares mas foi o “Homem “ Salgueiro Maia. Sugeriu que aquando da Comemoração dos “50 Anos da Revolução de abril” se simbolize a figura deste militar. Para finalizar congratulou-se com as Comemorações do Município da Sertã ao” 25 de abril” -----

----- **Alvaro Monteiro (PS):** Cumprimentou todos os presentes. Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo XI). -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Relativamente à ausência da referência ao “25 de abril” na informação escrita, informou que o documento foi encerrado no dia 22 de abril-sexta feira, não contemplando os eventos do fim de semana . Relativamente à invocação do Capitão Salgueiro Maia, referiu ser um

dos maiores heróis de abril. Na sua intervenção do 25 de abril, teve a oportunidade de o invocar, como sendo um Homem que merece a homenagem não só em Santarém mas em todo o País. -----

A propósito dos refugiados vítimas da guerra da Ucrânia, disse serem devidamente acompanhados pelo Setor da Ação Social, e estarem bem integrados. -----

Referiu que, o Senhor deputado Álvaro Monteiro sugeriu “um concurso de confeção de maranho para profissionais e amadores “, sendo de ponderar. -----

----- **2.2 - Proposta de atribuição de transferência de capital à Junta de Freguesia do Carvalhal para reparação da cobertura do Jardim de Infância – Escola Primária do Carvalhal - Proc.º 2022/850.10.003.01/1- para deliberação.** -----

Foi aprovada por maioria pelo Executivo Camarário a proposta do Senhor Presidente, sobre o assunto supracitado, em Reunião de Câmara de 18 de abril de 2022. -----

----- **Proposta n.º 84/2022** -----

-----Considerando que:-----

A Freguesia do Carvalhal solicitou o apoio financeiro à Câmara Municipal da Sertã, para proceder à reparação da cobertura do Jardim de Infância, com entrada nos serviços nº 3435 de 14 de março.-----

O pedido referido no parágrafo anterior surge na sequência do incêndio ocorrido em 25 de novembro de 2021 e que provocou a destruição do edifício;-----

A Junta de Freguesia já procedeu à reparação de uma parte do mesmo (sala do 1.º ciclo e corpo principal), por forma a dotá-lo de condições de segurança, no entanto, na presente data ainda não conseguiu concluir a totalidade da reparação e reabilitação do edifício;-----

A parte referente ao Jardim-de-infância ainda se encontra destruída e como tal, exposta aos elementos climáticos e vendo o seu estado agravado enquanto não for reparada; -----

A Junta de Freguesia não dispõe de capacidade financeira para realizar a presente obra, pelo que solicita o apoio de 12.000,00€ para iniciar a reparação do edifício e proceder à colocação da cobertura; -----

Esta intervenção reveste primordial importância, na medida em que pretende minorar a contínua deterioração do edifício e sua estrutura, possibilitando a sua recuperação, pelo que urge ser efetuada com a maior brevidade possível;-----

O edifício em causa é um edifício emblemático, construído pela boa vontade da população em 1916, e por onde passaram a maior parte dos carvalhenses, assumindo um especial destaque e relevância no seio da freguesia; -----

Esta forma de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, é uma competência da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal; -----

O encargo resultante da presente despesa tem o respetivo enquadramento orçamental para o ano de 2022, para a classificação económica 02/08050102 para o projeto GOP 2015/5023 – 2, tendo sido cabimentado.-----

Pelas razões de facto e de direito anteriormente expostas, propõe-se que:-----

A Câmara Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do nº 1 do artº 33º, conjugado com a alínea j) do nº1 do artº 25, ambos do do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, na atual redação, delibere solicitar à Assembleia Municipal autorização para atribuição de uma transferência de capital no valor de 12.000,00€ (doze mil euros), à Freguesia do Carvalhal, para suportar a despesa com a reparação urgente da cobertura do Edifício da Escola Primária – Jardim de Infância do Carvalhal-----

- Solicitou intervenção:-----

----- **Cristiana Tagaio (P.S.)** Cumprimentou todos os presentes. Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo XII). --- -----

----- **Cátia Pinto (CHEGA)** Antes de iniciar a sua intervenção questionou a Mesa da Assembleia: “Por que motivo a proposta apresentada pelo partido CHEGA não foi votada, é uma violação de princípios democráticos, a proposta a ser aceite, tem que ser votada. Assim solicitam que seja dada uma justificação que conste em ata e emitida uma certidão para fins judiciais, com a lista de presenças da sessão ordinária de 30-04-2022 “-----

Continuou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo XIII). -----

-----**Presidente da Assembleia:** Interveio de imediato referido que a em relação ao documento apresentado pelo partido CHEGA “ Nos termos da alínea d) do artigo 34º da secção III do Regimento Municipal da Sertã vem o Partido Chega ...Sertã 23 de março de 2022, a eleita do Partido Chega na Assembleia Municipal.” No contexto no período de “ Antes da Ordem do Dia “ não podem ser tomadas quaisquer deliberações além das alusivas nas alíneas b) e d) do nº 1 do artigo 34º. A pretensão de V.Exª tem uma irregularidade uma vez que cita a alínea

Sessão de 30 de abril 2022

d), quando verificamos o conteúdo da mesma não se enquadra nos aspetos referidos na alínea d) mas sim na alínea e) significando que não pode ser votada uma vez que não se ajusta em nenhum dos assuntos previstos no Regimento da Assembleia Municipal. Espera que o esclarecimento tenha sido claro e a bancada que representa compreenda que não podemos adaptar o Regimento às pretensões individuais. Futuramente V.Ex^a tem que enquadrar as suas atitudes e iniciativas no contexto da Assembleia Municipal. O Presidente da Assembleia tem sido objetivamente tolerante relativamente a algumas das suas pretensões, nomeadamente em sessões anteriores onde solicita o uso da palavra não se inscrevendo em momento oportuno. Aceita tudo numa perspetiva dado que V.Ex^a foi eleita pela primeira vez como deputada da Assembleia Municipal. A partir do momento que apresente assuntos desta forma iremos plenamente cumprir o Regimento. Se desejar mais algum esclarecimento solícito que o faça por escrito à Mesa da Assembleia Municipal -----

----- **Vereador Paulo Luis:** Interveio no sentido de prestar um esclarecimento à Senhora deputada Cristiana Tagaio: primeiro continuam a subsistir dúvidas relativamente à legalidade da constituição do Órgão Junta de Freguesia do Carvalhal; segundo os vereadores do PSD aprovaram desde a tomada de posse do executivo, 140 propostas foi a única que foi votada contra aliás o Senhor Vereador José Carlos Fernandes solicitou que a proposta fosse presente a nova reunião após ao recebimento de um parecer garantindo que a atribuição da verba está dentro da legalidade. Na votação deixaram claro que eram favoráveis à atribuição da verba, reconhecendo o interesse na reparação da cobertura do Jardim-de-infância – Escola Primária do Carvalhal. Não existe nenhum interesse partidário do PSD só desconhecimento, o mesmo aconteceu com eleição da Mesa da Assembleia Municipal da Sertã que foi repetida.-----

----- **Jorge Coluna (PSD):** Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo XIV). -----

----- **Vitor Cavalheiro (PS):** Cumprimentou todos os presentes. Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo XV). -----

----- **Jorge Coluna (PSD):** Interveio referindo que mantém o pedido ao Digníssimo Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco (conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo XVI). -----

-----**Presidente da Assembleia:** Interveio de imediato referido que que informação do Senhor deputado não é privilegiada , apresentou o pedido diretamente à Junta de Freguesia do Carvalhal. Deu conta que o Presidente da Assembleia Municipal não tem conhecimento oficial do despacho. -----

Por impedimento legal não participou na discussão /votação o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Carvalhal. -----

Deliberação: Após a respetiva apreciação, a Assembleia Municipal da Sertã deliberou por maioria contabilizando 8 (oito) votos contra dos Senhores – (Alfredo Manuel Pereira Geraldês Dias, João Carlos Silva Almeida, Maria de Lurdes Silva Teixeira Sequeira, António José Lopes Simões, Jorge Manuel Marques Coluna, Vera Lúcia Ruivo Dias, Maria João Fernandes da Mota Torres, Cátia Filipa Vicente Pinto) 3 (três) abstenções dos Senhores (Raquel Sofia Dias H. Antunes, Nuno Pedro Leitão da Costa Melo, Jorge Manuel Farinha Nunes) e 19 (dezanove) votos a favor, aprovar a atribuição de uma transferência de capital no valor de 12.000,00€ (doze mil euros), à Freguesia do Carvalhal, para suportar a despesa com a reparação urgente da cobertura do Edifício da Escola Primária – Jardim de Infância do Carvalhal, nos termos da presente proposta.” -----

Os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD apresentaram declaração de voto que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo XVII).-----

2.3 - Proposta de abertura de concurso pessoal dirigente - Proc.º 2022/250.10.100/2- para deliberação. -----

Foi aprovada por unanimidade pelo Executivo Camarário a proposta do Senhor Presidente, sobre o assunto supracitado, em Reunião de Câmara de 18 de abril de 2022.-----

----- **Proposta n.º 86/2022** -----

----- Considerando que: -----

- O mapa de pessoal para 2022, anexo ao Orçamento para o presente ano, contempla o provimento de dois dirigentes intermédios de 2.º Grau – Chefe de Divisão e de três dirigentes intermédios de 3.º Grau – Chefe de Unidade, para assegurar as funções de coordenação da Divisão Administrativa e Recursos Humanos, Divisão de Cultura, Desporto e Turismo, Unidade Económico-Financeira; Unidade de Ambiente e Serviços Urbanos e Unidade de Arquivo e História Local; -----

- A coordenação destas unidades orgânicas encontra-se, transitoriamente, a ser assegurada em regime de substituição, sendo necessário, contudo, garanti-la de

Sessão de 30 de abril 2022

modo mais permanente e contínuo, sob pena de ficar comprometida a gestão e coordenação dos serviços; -----

- Aquelas designações não podem exceder o prazo máximo de 90 dias, salvo se estiver em curso procedimento tendente à designação de novos titulares; -----

- Considera-se imprescindível o recrutamento para os cargos em causa, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos nos setores de atividade a que aqueles se destinam, torna-se necessário o provimento dos titulares dos referidos cargos de direção intermédia; -----

- Os titulares dos cargos de direção intermédia são recrutados, por procedimento concursal, nos termos Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na atual redação, adaptado à administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29/8, na sua redação atual, conjugado com o disposto nos art.º 78.º e 79.º do Regulamento dos Serviços Municipais da Câmara Municipal da Sertã; -----

- O recrutamento, por procedimento concursal, de trabalhadores necessários à ocupação dos postos de trabalho a que correspondem os cargos dirigentes identificados anteriormente, deverá ser operado por recurso à constituição de relação jurídica de emprego público, em regime de comissão de serviço, pelo período de 3 anos e renovável por iguais períodos de tempo. -----

- Encontram-se cumpridos os seguintes pressupostos necessários para abertura do referido concurso a saber: -----

a) Existe cabimento orçamental para suporte da despesa; -----

b) Existe previsão dos referidos cargos dirigentes no Mapa de Pessoal do Município para o presente ano; -----

Pelas razões de facto e de direito anteriormente expostas, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: -----

1. Autorizar a abertura de procedimentos concursais para efeitos de recrutamento e seleção tendo em vista o provimento dos cargos dirigentes a seguir identificados: -

a) 1 lugar de Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos – licenciatura adequada ao conteúdo funcional da unidade orgânica em causa, preferencialmente na área do Direito; -----

b) 1 lugar de Chefe da Divisão de Cultura, Desporto e Turismo – licenciatura adequada ao conteúdo funcional da unidade orgânica em causa, preferencialmente na área de Animação Cultural; -----

Sessão de 30 de abril 2022

c)1 lugar de Chefe da Unidade Económico-Financeira – licenciatura adequada ao conteúdo funcional da unidade orgânica em causa, preferencialmente na área de Administração Pública e Autárquica;-----

d)1 lugar de Chefe da Unidade de Ambiente e Serviços Urbanos – licenciatura adequada ao conteúdo funcional da unidade orgânica em causa, preferencialmente na área de Engenharia do Ordenamento dos Recursos Naturais e Ambiente; -----

e)1 lugar de Chefe da Unidade de Arquivo e História Local – licenciatura adequada ao conteúdo funcional da unidade orgânica em causa, preferencialmente na área de História; -----

2.º - Determinar que: -----

a)O recrutamento deverá ocorrer de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado; -----

b)Os candidatos têm que estar dotados de competência e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo na área de atuação, que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento tivesse sido exigível licenciatura (n.º 1, artigo 20.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro e n.º1, do art.º 79.º, do Regulamento dos Serviços Municipais da Câmara Municipal da Sertã); -----

c)O titular do cargo será recrutado de entre indivíduos com capacidade de liderança e gestão das pessoas, visão estratégica, capacidade de planeamento e organização, capacidade de decisão, capacidade de orientação para a inovação e mudança, capacidade de análise da informação e sentido crítico, experiência profissional e formação técnica na área de atuação da unidade orgânica; -----

d)Os métodos de seleção a utilizar: Avaliação curricular e Entrevista pública; -----

3.º - Solicitar à Assembleia Municipal autorização para atribuição do pagamento de despesas de representação aos dirigentes intermédios de 2.º grau – Chefes de Divisão, nos termos do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08 na redação atual, por forma a garantir uma equidade de tratamento entre os dirigentes da administração central e local e os atuais dirigentes providos;-----

4.º - Tendo em consideração que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, o júri de recrutamento é designado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, e é composto por um presidente, designado de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, e por dois vogais, designados de entre personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade



Sessão de 30 de abril 2022

pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica, mais proponho que a presente proposta seja remetida à Assembleia Municipal, também para deliberação, sobre a seguinte constituição dos júris dos procedimentos: -----

a)1 lugar de Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos: -----

Presidente: Paula Cristina Barata Joaquim Crisóstomo, Chefe de Divisão de Planeamento, Coordenação Estratégica e Ambiente, do Município de Vila de Rei;
Vogais Efetivos: Paulo Manuel Rocha da Cunha Esteves, Chefe de Divisão de Atendimento, Gestão Urbanística e Fiscalização, do Município da Sertã, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos; e Luís Miguel Cardoso Ferreira, Chefe da Divisão Financeira e Administrativa do Município de Proença-a-Nova. -----

b)1 lugar de Chefe da Divisão de Cultura, Desporto e Turismo: -----

Presidente: Paulo Manuel Rocha da Cunha Esteves, Chefe de Divisão de Atendimento, Gestão Urbanística e Fiscalização, do Município da Sertã;-----
Vogais Efetivos: Inês Andreia das Neves Ferreira Martins, no cargo de Chefe da Divisão de Ação Social e Cultural, do Município de Oleiros, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos; e César Luís Miranda de Carvalho, Chefe da Divisão de Obras Públicas, do Município da Sertã. -----

c)1 lugar de Chefe da Unidade Económico-Financeira -----

Presidente: Paula Cristina Barata Joaquim Crisóstomo, Chefe de Divisão de Planeamento, Coordenação Estratégica e Ambiente do Município de Vila de Rei; -
Vogais Efetivos: Paulo Manuel Rocha da Cunha Esteves, Chefe de Divisão de Atendimento, Gestão Urbanística e Fiscalização, do Município da Sertã, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos; e Luís Miguel Cardoso Ferreira, Chefe da Divisão Financeira e Administrativa do Município de Proença-a-Nova. -----

d)1 lugar de Chefe da Unidade de Ambiente e Serviços Urbanos:-----

Presidente: Célia Regina Cardoso, Chefe da Divisão de Obras, Planeamento Urbano, Ambiente e Cadastro, do Município de Proença-a-Nova;-----
Vogais Efetivos: Paulo Manuel Rocha da Cunha Esteves, Chefe de Divisão de Atendimento, Gestão Urbanística e Fiscalização, do Município da Sertã, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos; e César Luís Miranda de Carvalho, Chefe da Divisão de Obras Públicas, do Município da Sertã. -----

e)1 lugar de Chefe da Unidade de Arquivo e História Local:-----

Presidente: Paula Cristina Barata Joaquim Crisóstomo, Chefe de Divisão de Planeamento, Coordenação Estratégica e Ambiente do Município de Vila de Rei; - Vogais Efetivos: Inês Andreia das Neves Ferreira Martins, no cargo de Chefe da Divisão de Ação Social e Cultural, do Município de Oleiros, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos, e Sandra Sofia Santos Leal Tavares, Dirigente da Unidade de Recursos Humanos, do Município de Proença-a-Nova. ---

Deliberação: Após a respetiva apreciação, a Assembleia Municipal da Sertã deliberou por maioria contabilizando 1 (uma) abstenção (Cátia Filipa Vicente Pinto) e 30 (trinta) votos a favor aprovar os pontos 3 e 4 nos termos da presente proposta.-----

2.4 -Proposta de Reconhecimento de Interesse Concelhio Proc.º 2020/450.30.502/5- para deliberação. -----

Foi aprovada por unanimidade pelo Executivo Camarário a proposta do Senhor Presidente, sobre o assunto supracitado, em Reunião de Câmara de 28 de abril de 2022.-----

----- Proposta nº92/2022-----

Considerando:-----

- A Informação Técnica nº 3143 /2022 da Divisão de Atendimento, Gestão Urbanística e Fiscalização;-----

- Que a Associação Recreativa, Cultural, e Desportiva de Pombas, contribuinte n.º 509341373 vem solicitar à CMS o pedido de reconhecimento de interesse público municipal pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea f), n.º 2 do art.º 22.º do Regulamento do PDM da Sertã com vista à legalização das obras de ampliação do edifício sede daquela associação sito na Rua da Capela, n.º 9 - Pombas, freguesia da Sertã, atendendo aos condicionantes decorrentes da classificação do solo no PDM e das servidões e restrições de utilidade pública.

I – Do enquadramento da Pretensão com o PDM-----

Segundo o PDM da Sertã o edifício insere-se num espaço não urbano, classificado como espaço de uso ou aptidão agrícola.-----

Não se encontra abrangido por solos classificados da Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional, nem existem outros condicionantes. -----

O regime de edificabilidade para esta classe de espaço encontra-se definido no art.º 22.º do Regulamento do PDM da Sertã, sendo permitida construção de edifícios para os usos em questão desde que haja interesse concelhio devidamente reconhecido pela Assembleia Municipal. -----

Sessão de 30 de abril 2022

II – Do enquadramento da Pretensão com o PMDFCI -----

Segundo a carta de perigosidade de incêndio o edifício encontra-se num local de risco nulo de incêndio. -----

Note-se ainda que para efeitos do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28/06 na sua atual redação e de acordo com as delimitações aprovadas em reunião do executivo de 28/09/2016 o edifício encontra-se inserido numa área edificada consolidada. -----

III – Fundamentos relevantes apresentados -----

O requerente fundamenta o pedido com as seguintes ponderações relevantes:

a) O edifício foi construído ao abrigo da Licença de obras n.º 32/2012, tendo contudo sofrido alterações (ampliação) relativamente ao projeto previamente aprovado, realizadas no decorrer do mesmo. -----

b) Interesses sociais por se tratar de uma associação sem fins lucrativos que desenvolve a sua atividade na área social, recreativa e desportivas, servindo aquela população e as populações vizinhas; -----

c) Interesses urbanísticos, porque o reconhecimento agora requerido permitirá a reposição da legalidade urbanística em conformidade com o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. -----

Face ao exposto propõe-se que: -----

- A Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à apreciação da Assembleia Municipal, para deliberação de reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da alínea f), do n.º 2, do art.º 22.º do Regulamento do PDM da Sertã, tendo como intuito permitir a legalização das obras de ampliação do edifício sede da Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Pombas. -----

Deliberação: Após a respetiva apreciação a Assembleia Municipal da Sertã deliberou por unanimidade aprovar o reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da alínea f), do n.º 2, do art.º 22.º do Regulamento do PDM da Sertã, tendo como intuito permitir a legalização das obras de ampliação do edifício sede da Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Pombas, nos termos da presente proposta. -----

2.5 -Proposta de “ Prestação de Contas 2021” - Proc.º 2021/150.20.404/2- para deliberação. -----

Foi aprovada por unanimidade pelo Executivo Camarário a proposta do Senhor Presidente, sobre o assunto supracitado, em Reunião de Câmara de 28 de abril de 2022. -----

-----**Proposta nº 99/2022**-----

----- Considerando que:-----

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas SNC-AP foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação, e permite uma harmonização com o sistema contabilístico privado, o Sistema de Normalização Contabilística SNC e com as Normas Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS) e dota as administrações públicas de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e convergente com os sistemas que presentemente vêm sendo adotados a nível internacional. -----

O SNC-AP é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão. -----

Em conformidade com o artigo 6º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação o SNC-AP “*permite o cumprimento de objetivos de gestão, de análise, de controlo, e de informação, nomeadamente:* -----

----- a)Evidencia a execução orçamental e o respetivo desempenho face aos objetivos da política orçamental; -----

----- b)Permite uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de determinada entidade; -----

----- c)Proporciona informação para a determinação dos gastos dos serviços públicos; -----

----- d)Proporciona informação para a elaboração de todo o tipo de contas, demonstrações e documentos que tenham de ser enviados à Assembleia da República, ao Tribunal de Contas e às demais entidades de controlo e supervisão; -----

----- e)Proporciona informação para a preparação das contas de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais; -----

----- f)Permite o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos; -----

----- g)Proporciona informação útil para efeitos de tomada de decisões de gestão.” -----

Conforme o disposto na Instrução nº1/2019, publicada no Diário da República, 2ª Série, de 6 de março de 2019, do Tribunal de Contas, são identificados os factos mais importantes constantes dos documentos de prestação de contas de 2021, abrangendo desta forma os seguintes elementos: -----

No balanço os ativos e os passivos estão classificados em correntes e não correntes, sendo que o total do ativo é no valor de 60.438.297,89€, o total do

Sessão de 30 de abril 2022

passivo é no valor de 2.713.380,56€ e o total do património líquido é no valor de 57.724.917,33€; -----

Obteve-se um resultado antes de depreciações e gastos de financiamento entre os rendimentos e gastos no valor de 3.450.282,27€ e um resultado operacional antes de gastos de financiamento de 10.637,50€, sendo que o resultado líquido do exercício é de (-) 27.091,65€, resultados espelhados na Demonstração de Resultados por Naturezas; -----

Os recebimentos e pagamentos reproduzidos na Demonstração de Fluxos de Caixa constituem um meio através do qual o município pode prestar contas acerca dos influxos e exfluxos de caixa, durante o período do relato, sendo que, a variação de caixa e seus equivalentes composta pelos fluxos de caixa das atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento do município somam em (-) 59.659,77€. No início do período o saldo de caixa e seus equivalentes era de 4.229.972,23 e o saldo de caixa e seus equivalentes no fim do período de 2021 é de 4.170.312,46€; -----

A receita total é de 19.800.776,36€ e despesa total é de 15.962.105,82€, os saldos iniciais e finais do desempenho orçamental de operações orçamentais são 3.928.066,70€ e 3.838.670,54€ respetivamente, e os saldos iniciais e finais do desempenho orçamental de operações de tesouraria são de 301.905,53€ e 331.641,92€ respetivamente; -----

Propõe-se: -----

Que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal para apreciação e votação a prestação de contas 2021, conforme o disposto na alínea i), do artigo 33º e alínea l), do nº2, do artigo 25º, do no Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

-----**Presidente da Câmara:** Saliou que a proposta é clara. Destacou o trabalho dos técnicos que elaboraram o documento complexo e de difícil reconhecimento. Terminou dizendo que as questões levantadas pelo Revisor Oficial de Contas, são da sua única e exclusiva responsabilidade.-----

- **Solicitou intervenção:**-----

-----**João Carlos Almeida (PSD):** Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo XVIII). -----

-----**Jorge Farinha (PS):** Cumprimentou todos os presentes. Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo XIX). -----

Deliberação: Após a respetiva apreciação a Assembleia Municipal da Sertã deliberou por maioria contabilizando 1 (uma) abstenção (Cátia Filipa Vicente Pinto), e 30 (trinta) votos a favor aprovar a prestação de contas 2021 nos termos da presente proposta.-----

2.6– Para conhecimento do plenário: -----

2.6.1 – Proposta nº 52/2022 - Emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais – Aquisição de serviços de processamento dos pagamentos de serviços com referência multibanco- Proc.º 2022/300.10.005/15- para conhecimento;-----

2.6.2 – Proposta nº91/2022 - Emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais – Aquisição de serviços de assistência e manutenção das aplicações AIRC - Proc.º 2022/300.10.005/37- para conhecimento;-----

Deliberação: A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Interveio informando a Senhora deputada Cátia Pinto que não deixou cópia da sua intervenção, solicitando que a transcreva e a faça chegar à Mesa da Assembleia para ficar anexa à presente ata e de todas as pretensões que expressou verbalmente na sua intervenção para o Presidente da Assembleia possa responder .-----

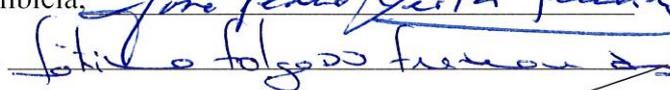
-----**3– Intervenção do Público.**-----

-----Senhor Eduardo Patrício – Cernache do Bonjardim - Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e fazem parte integrante da presente ata (Anexo XX).-----

-----Senhor Manuel Marçal – Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e fazem parte integrante da presente ata (Anexo XXI).-----

-----**Presidente da Câmara:** Registou ainda as sugestões apresentadas. ----- Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada pelas 19,00 horas, da qual eu, Fátima Piedade Carreiro Folgado Fernandes, lavrei a presente ata, aprovada em minuta por unanimidade e que vai ser assinada.-----

----- O Presidente da Assembleia, 

----- O Assistente Técnico, 



Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Sertã,

Doutor José Pedro Leitão Ferreira,

Vivemos nos tempos contemporâneos tempos de grande incerteza na Europa onde uma guerra nos assola. Também no nosso País presenciamos episódios de violência de todo o tipo de natureza, em muitos locais com consequências e dolo de vária ordem e gravidade.

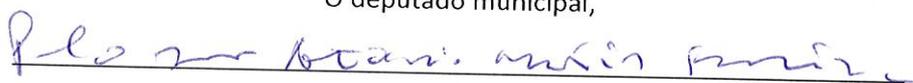
A Sertã, como muitos outros locais da região, é uma terra, para além dos residentes, de migrantes e emigrantes. Muitos dos nossos jovens, nessa condição, desempenham funções em vários órgãos de Polícia fora do nosso território.

Infelizmente, em condições muito trágicas, na sequência de um desses episódios de violência, faleceu dia 21 deste mês, um jovem polícia, Fábio Guerra, natural da Covilhã.

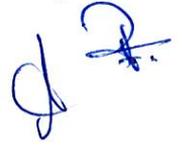
Pelo que a título de solidariedade para com a família, sugiro, caso o Sr. Presidente considere pertinente, excepcionalmente, incluir antes do Período da Ordem do Dia, a votação de **Voto de Pesar** na Assembleia Municipal de 29 de março de 2022 e que o mesmo seja transmitido à família via Município da Covilhã.

Sertã, 29 de Março de 2022.

O deputado municipal,



Paulo Jorge António Martins Ferreira.



VOTO DE PESAR

Faleceu no passado 11 de abril o Padre Miguel Farinha.

Natural da localidade de Fonte Fria, freguesia do Troviscal, concelho da Sertã, exerceu funções nas Paróquias de Pedrógão Pequeno, Carvalhal e Cabeçudo, deixando marcas profundas do seu apostolado, da sua vivencia social, cultural e humanista.

O Padre Miguel Farinha foi um grande dinamizador associativo e cultural, tendo estado ligado ao futebol, no Cabeçudo, onde foi um dos fundadores da associação desportiva local e onde deu o seu nome ao campo de futebol.

Foi presidente do Sertanense, coordenador e treinador das camadas jovens. Foi igualmente forte dinamizador na organização das festas da Senhora da Confiança em Pedrógão Pequeno e das festas de Santo Estevão, no Cabeçudo.

Pessoa afável, de trato fácil com todos os estratos sociais, o Padre Miguel deixou-nos o seu exemplo de vida social e religiosa.

A bancada do Partido Socialista propõe assim, que esta assembleia aprove um voto de pesar pelo falecimento do Padre Miguel Farinha.

Sertã, 30 de abril de 2012

A Bancada do PS na Assembleia Municipal.



Voto de Pesar

Voto de Pesar - pelo falecimento do Padre Miguel Farinha

Foi com desalento que tomamos conhecimento do falecimento do nosso muito querido Padre Miguel.

Faleceu a 11 de abril, vítima de doença prolongada. O Padre Miguel Farinha, foi ordenado Pároco a 9 de julho de 1967, tendo deixado de exercer, por motivo de doença, em 2010. Natural da localidade de Fonte Fria, freguesia do Troviscal, concelho da Sertã, exerceu funções nas Paróquias de Pedrógão Pequeno, Carvalhal e Cabeçudo.

Foi durante vários anos docente na Escola secundária da Sertã, onde se destacou a sua ética profissional, a vertente social e humana. Além da vertente católica, o Padre Miguel Farinha era uma pessoa muito dinâmica, nos aspetos associativo e cultural, tendo estado ligado ao futebol no Cabeçudo, onde foi um dos fundadores da associação desportiva local e onde deu o seu nome ao campo de futebol.

No Sertanense foi presidente durante um ano e treinador nas camadas jovens. Tinha igualmente uma forte influência na organização das festas da Senhora da Confiança em Pedrógão Pequeno e Santo Estevão, no Cabeçudo.

No agrupamento 170 Sertã - do Corpo Nacional de Escutas foi assistente onde desenvolveu com excelência para além da parte espiritual a afetiva com todos os jovens e dirigentes. (Impulsionando aos jovens escuteiros o canto das janeiras à população).

Merece respeito e admiração de todos. É assim reconhecido como um homem de causas, um homem de bem e um bom amigo.

A Bancada do PSD manifesta a sua profunda tristeza pela perda e propõe que Assembleia Municipal delibere:

- Aprovar o presente voto de pesar pelo seu falecimento
- Manifestar à família enlutada as mais sentidas condolências
- Observar um minuto de silêncio em sua homenagem

Assembleia Municipal de 30 de Abril de 2022

Pela Bancada do PSD

João Carlos Almeida



Intervenção Assembleia Municipal – Alfredo Dias

Tal como constava do meu manifesto eleitoral, considero que os membros da AM são os olhos e ouvidos dos cidadãos, nos órgãos autárquicos. Hoje a minha intervenção pretende ser disso um exemplo. Trago aqui um tema que me foi levantado durante a campanha eleitoral, animais selvagens que destroem as culturas, deitando por terra o esforço e sacrifício das pessoas.

Muitas delas resistem neste território, outras que resolveram regressar à Sertã para viver, o que fazem? Cultivam, mantem os sistemas agrícolas e florestais, contribuindo para aumentar a sustentabilidade, protegem a biodiversidade, e mitigam riscos, contribuem para a qualidade da água consumida por milhões de portugueses, no fundo são bombeiros, sapadores florestais, zeladores do património natural. O que querem eles em troca? Colher aqui que semearam.

Sabem fazer coisas maravilhosas, cultivar, tratar de animais, fazer iguarias regionais etc.. Mas não têm condições para resolver este conflito entre animais selvagens e atividades humanas. Ajudar os cidadãos nas suas fragilidades é uma das funções, nobres dos poderes autárquicos,. No caso a encontrar as formas de eliminar, ou pelo menos reduzir estes problemas.

A Greta Thunberg bem como outros ativistas ambientais são muito importantes, mas a D. Alzira, a D. Filomena, a D. Laurinda o Sr. Manuel, contribuem muitíssimo mais para a qualidade do ar, da água a biodiversidade, da nossa região que todos esses ativistas.

Sr. Presidente do Executivo, deixo-lhe, não uma sugestão, mas excecionalmente um pedido, a Câmara Municipal da Sertã, eventualmente em colaboração com as Juntas de Freguesia, para criar mecanismos e ferramentas que ajudem os cidadãos a resolver estas questões. É meritório criar ferramentas e mecanismos para integrar outras comunidades, como por exemplo a comunidade cigana, mas não é razoável, nem aceitável deixar para trás os cidadãos do município, que tanto contribuem para o bem-estar de todos, não só na Sertã, mas também no resto do País.

Este tema passa certamente pela ação do município, mas é justo reconhecer que em grande medida passa para lá da sua capacidade de ação direta. Tive acesso a uma diligência junto do governo central, que termina com a responsabilização da entidade de gestão das zonas de caça, pela gestão do problema, parece-me, para ser muito comedido, insuficiente!

Entendo que a Câmara Municipal deverá avaliar se as referidas associações, têm condições para prestar esse apoio, e caso não tenham tentar encontrar soluções.

A esse respeito era minha intenção promover na Sertã, enquanto dirigente autárquico, um debate, envolvendo os agentes nacionais para debater este assunto, tão relevante para o nosso território. Para tal seria importante convidar os decisores nacionais, grandes e pequenos partidos, para virem conhecer e debater este assunto connosco, apresentando as suas soluções. Neste particular destacaria o PAN - Pessoas Animais e Natureza, para nos dizerem quais são as suas propostas para este problema, pois aquilo que aqui temos, é precisamente um conflito, entre pessoas, animais e natureza. O bem estar e direitos de pessoas e animais vão muito para além das touradas no Campo Pequeno. Fica a sugestão aos dirigentes autárquicos eleitos.

Esta sugestão que procura dar um contributo para ter a Sertã a liderar a defesa de políticas públicas amigas do interior, como indicou o Sr. Presidente no seu discurso de tomada de posse.

Obrigado

Alfredo Manuel Pereira Geraldês Dias

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Largo do Município, Nº14

6100-738

Sertã

Assunto: Proposta para criação e atribuição de um cheque de natalidade e medidas de conciliação da vida profissional com a vida familiar para todos os munícipes do concelho da Sertã.

Nos termos da alínea d) do artigo 34.º da secção III do Regimento da Assembleia Municipal da Sertã¹, vem o Partido Chega apresentar a seguinte proposta, nos termos melhor explanados *infra*:

1. Criação e atribuição de um cheque de natalidade para todos os nascimentos no concelho.
2. Acolhimento e ocupação dos filhos nos tempos não letivos e horários laborais flexíveis.

I. Enquadramento

Devido a falta de natalidade nos últimos anos e a desertificação do nosso concelho.

¹ Aprovado na Sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 29 de Junho de 2020.

CHEGA

À semelhança do que acontece a nível nacional, o nosso país enfrenta um grave problema demográfico, também no Concelho da Sertã se tem verificado sérios casos de diminuição da natalidade, e assim sendo é necessário promover a natalidade.

Apesar dos dados estatísticos do INE indicarem que no ano de 2020 nasceram no concelho da Sertã 93 bebés mais que no ano de 2019, acaba por ser um valor de nascimentos muito baixos para um concelho como a Sertã. Sendo que em 2020 a diferença entre o número de nascimentos e o de mortes no concelho foi negativo, traduzindo-se num saldo natural de menos 152 indivíduos².

Para juntar a estes números baixos de níveis de fecundidade, o concelho perde imensos jovens todos os anos que seguem o seu percurso académico em grandes cidades onde acabam por ficar e construir a sua família, também a maternidade acaba por ser mais tardia e cada vez existe uma forte emigração de indivíduos na idade fértil, mais uma vez, para juntar a estes valores temos uma população cada vez mais envelhecida.

Como é de conhecimento de todos nós, o ordenado em média pago pelas empresas do concelho é o ordenado mínimo nacional. Para fazer face às despesas, tem que ambos os cônjuges trabalhar com horários rotativos e pouco flexíveis (supermercados, fabricas, restauração), muitos deles fins-de-semana e feriados, tendo que recorrer muitas das vezes aos avós. Sendo que muitos destes avós já se encontram numa idade avançada com a presença de desgaste físico e emocional, faz bem cuidar dos netos, mas com um certo equilíbrio.

Perante este facto é fundamental potenciar um conjunto de medidas de apoio à natalidade, através de um conjunto de políticas públicas que permitam diminuir obstáculos e os custos da parentalidade e melhorar as condições de conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

O Partido Chega e a sua Juventude, acha fundamental o apoio aos jovens casais, que acabam por atrasar cada vez mais o nascimento do primeiro filho e a constituição da sua família. Com isto, apoia a criação de um vale de natalidade, o alargamento do horário

² Conforme consta no site da POR DATA.

II. Conclusão

Em resumo e pelos motivos *supra* explanados, o partido CHEGA propõe ao executivo municipal que:

- a. Crie um vale de natalidade no valor de 2500€ por cada nascimento no concelho com utilização no comércio local e em serviços camarários, sendo que os progenitores devem residir no concelho da Sertã, no mínimo, há 2 anos.
- b. Aumentar a capacidade de resposta das creches e implementar um horário mais alargado.
- c. Criação de um ATL camarário.

A presente proposta, a ser aprovada deverá ser remetida:

- Câmara Municipal da Sertã
- Juntas de Freguesia do concelho da Sertã
- Assembleias de Freguesia do concelho da Sertã
- Comunicação social local

Sertã, 23 de Março, 2022

A eleita do Partido CHEGA na Assembleia Municipal

CHEGA

das creches e a criação de um ATL camarário, pois assim não subcarrega o orçamento familiar, sendo que muito deles não tem a hipótese de despende de qualquer valor monetário.

Consideramos ainda, que estes problemas não serão resolvidos apenas com a implementação local, mas, no entanto, pode-se criar um pequeno alívio no rendimento das famílias, com a finalidade de as auxiliares numa primeira fase.

Intervenção

Assembleia Municipal

30 de abril de 2022

Partido Socialista

Sessão ordinária, período Antes da Ordem do Dia, ponto 1.3.

Boa tarde a todos,

Cumprimento os presentes,

E, em particular, quem nos ouve pela Rádio Condestável e Médio Tejo,

E quem representamos nesta Assembleia,

No dia 9 e 10 de abril, passou no nosso território uma caravana humana com o propósito de alertar para a necessidade de uma mudança de comportamentos no que ao ambiente e floresta diz respeito.

Um grupo de pessoas, de várias localidades do país, atravessaram a caminhar o interior do país, iniciando o percurso na Figueira da Foz e terminando em Lisboa. Durante a viagem iam conversando com as populações e realizando cirandas onde debatiam diversos problemas relacionados com o uso da floresta, a poluição de grande empresas e o uso desmesurado de recursos.

Na sequência deste evento de amplitude internacional, a União de Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nespéral e Palhais preparou um fim de semana dedicado à floresta e ao ambiente, intitulado “*Repensar, Reordenar e Reanimar a Floresta*”. Como tal, não poderia deixar de felicitar esta União de Freguesias e a presidente Maria João, por se envolver neste ativismo, que nem sempre é respeitado.

Um dos exemplos que a Caravana usa no que à proteção da floresta diz respeito é o de Ferraria de São João, uma pequena localidade no concelho de Penela, que resistiu heroicamente aos incêndios de 2017, por terem ao seu redor um sobreiral centenário.

Depois da aldeia ter ficado completamente rodeado de chamas e de terem conseguido sobreviver às mesmas, criaram uma Zona de Proteção da Aldeia. Isto é, alargaram ainda mais a faixa de sobreiral que já existia. A verdade é que a lei obriga a estas faixas de combustão e à defesa das localidades contra incêndios, todavia, na prática o que ainda vemos é extensos eucaliptais e uma floresta desordenada.

Espero que possam ser promovidas mais atividades de sensibilização ambiental e lanço também o repto às juventudes partidárias para que se envolvam na causa ambiental. Já sentimos alguns efeitos das alterações climáticas, mas serão as próximas gerações a sofrer com maiores e mais recorrentes intempéries, como secas, cheias e grandes incêndios. A política não se pode fazer apenas com palavras. É fundamental uma política de ação e de exemplo. É fácil dizer que estamos preocupados com o caudal da Barragem do Cabril ou com o risco de incêndio, mas se as palavras não foram acompanhadas de ações de nada valem.

Isto leva-me ao ponto seguinte.

Durante a minha infância e juventude, tive o privilégio de conviver com um grande Senhor, de seu nome Padre Miguel Farinha. Toda a sua vida foi dedicada à comunidade e ao seu desenvolvimento. Foi um verdadeiro exemplo de um bom político. As freguesias do Carvalhal, Cabeçudo e Pedrogão Pequeno sofreram desenvolvimentos estruturais e humanitários graças ao seu empenho. Também, as equipas desportivas do Sertanense e do Cabeçudo, as associações culturais e recreativas, bem como outras associações humanitárias tornaram-se naquilo que são hoje devido à perseverança e luta do Padre Miguel pelo bem-estar e progresso das suas comunidades. Tomemos-lhe o exemplo e toda a política realizada seja em prol das populações das aldeias e vilas deste concelho.

Por último, quero deixar nota do Teatro de Sombras que se realizou na Freguesia do Carvalhal, pelos seguintes motivos:

- foi realizado por alunos do Instituto Vaz Serra, do curso de Apoio Psicossocial;
- a peça foi uma adaptação de uma obra literária de um autor sertaginense, Pedro Ferrão;
- e foi exibida numa pequena freguesia com sala cheia de carvalhenses, mas também de famílias de outras localidades.

Porque isto é importante? Num só evento foi promovido:

- um escritor do nosso concelho;
- um pequeno grupo de teatro do concelho, que merece ser incentivado e apoiado no seu crescimento;
- e ainda a preciosa cultura. A cultura que é o coração de um povo. Por poucos habitantes que o Carvalhal e outras freguesias mais pequenas tenham, merecem que nelas sejam exibidos espetáculos culturais. A descentralização administrativa que queremos do nível central para o local funciona do mesmo modo que a descentralização cultural. A lógica é que, quer no litoral, quer no interior, quer numa aldeia, quer numa vila, seja possível assistir a espetáculos, independentemente da dimensão da autarquia e da sua população.

E espero que se continue neste caminho.

Obrigado pela atenção.

Cristiana Tagaio dos Santos

Sertã, dia 30 de abril de 2022

ANEXO VII
J.P.

Ex.mo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Ex.mas Senhoras Secretárias

Ex.mo Senhor Presidente do Executivo Municipal

Ex.mos Senhores Vereadores

Ex.mos Deputados Municipais

Ex.mos Técnicos municipais e Órgãos de comunicação social

Ex.mos Público

Boa tarde

Por estes dias vivem-se as XIII Comemorações da Canonização de S. Nuno de Santa Maria.

Não é meu intuito opinar sobre a forma encontrada para as mesmas, espero sinceramente que o objectivo do Senhor Presidente seja atingido: passo a citar, “ter um programa que permita ir ao encontro das dimensões litúrgica e espiritual de S. Nuno de Santa Maria, conferindo-lhe maior dignidade e o envolvimento de toda a comunidade.” (Jornal A Comarca da Sertã, 22 de Abril de 2022).

O meu intuito é relembrar que estamos a falar de **D. Nuno Álvares Pereira**, Patrono do Concelho, cujo nascimento se celebra a **24 de junho, dia Feriado Municipal**. Mais uma vez, venho apelar à vertente pedagoga de todos nós para que se semeie nas mentes e no conhecimento, que, **aqui, no concelho da Sertã, 24 de junho é dia de D. Nuno Álvares Pereira** e não de celebração de S. João.

Recordo as palavras do nosso conterrâneo Padre António Lourenço Farinha, no livro A Sertã e o seu Concelho, a propósito da cerca do actual Seminário das Missões em Cernache do Bonjardim, “foi nesta cêrca ou parque que D. Alvaro Gonçalves Pereira, Prior do Crato, mandou edificar o formoso Paço onde de verão tinha nobre aposento e onde nasceu o Santo Condestável, D. Nuno Álvares Pereira, em 24 de junho de 1360.”

E diz ainda citando Miguel Leitão de Andrade em “Miscelânea” que “D. Nuno Álvares Pereira teve singular devoção a N.ª Sr.ª do Meio”, ou Sr.ª do Olival ou N.ª Sr.ª dos Remédios.

Assim, espero que estas e outras lembranças estejam presentes na altura de planear as comemorações do Feriado Municipal.

Que saibamos honrar o Homem, o Santo e o seu Legado de unidade e defesa da sua Pátria.

Que nos deixemos de “bairrismos” mas que nos unamos para a afirmação de um concelho UNO em torno da sua Figura Maior: D. Nuno Álvares Pereira, o Santo Condestável.

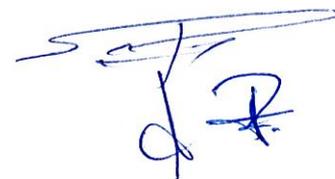
Obrigado,

Sertã, 30 de Abril de 2022,



Raquel Horta Antunes

Deputada Municipal – bancada PSD



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhoras secretárias da Mesa

Sr. Presidente da Câmara Municipal

Senhora e Srs. Vereadores

Senhores deputados desta Assembleia Municipal

Comunicação Social que nos acompanha

Ouvintes da rádio condestável

Os meus cumprimentos

Sr. Presidente, minhas senhoras e meus senhores, muito se falou nos mandatos anteriores da situação da EN 238 e de tudo o que se poderia e devia ser feito, para quem de direito pudesse tomar consciência da necessidade da sua requalificação para bem de toda esta região e do meio empresarial que serve.

Pudemos assistir durante a campanha eleitoral, às candidaturas do Partido Socialista às Câmaras Municipais de Ferreira do Zêzere e Sertã, encabeçada por Bruno Gomes e Carlos Miranda, respetivamente, promoverem em conjunto uma visita à Estrada Nacional 238.

O objetivo “alertar para a importância da estrada N238 e para a urgente necessidade de intervenção da mesma”.

Estiveram também presentes os presidentes das Federações do PS de Castelo Branco e Santarém, respetivamente, Vítor Pereira e Hugo Costa.

A requalificação da Estrada Nacional 238, no troço que liga Sertã a Ferreira do Zêzere, tem sido uma reivindicação dos autarcas, partidos políticos locais e população dos dois concelhos.

Assistimos a várias arruadas de campanha eleitoral dos candidatos do PS agora executivo, com a presença da Ministrada Coesão Territorial Ana Abrunhosa na Sertã.

Temos atualmente um executivo PS na Câmara Municipal da Sertã e um governo PS com maioria absoluta no parlamento.

o PRR nacional revela uma forte aposta no alcatrão, com a construção de rodovias e requalificação de outras.



Do total de 45 mil milhões de euros que Portugal receberá da “Bazuca Europeia” 520 milhões de euros estão destinados às infraestruturas, que terão de iniciar em 2023 e se converter em obra feita até 2026.

Ana Abrunhosa Ministrada Coesão Territorial referiu e passo a citar:

O PRR «será tanto mais do Interior quanto mais os atores, os autarcas, as empresas, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e as Administrações Regionais de Saúde», entre muitas outras entidades, «souberem mobilizar projetos para executar».

Da extensa lista de construções novas de umas vias e de construções e requalificações de outras não aparece a EN 238.

Durante a audição na Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local, a ministra da Coesão Territorial também anunciou “que a estrutura de Missão Recuperar Portugal vai, contratualizar com as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) a realização de 11 investimentos rodoviários” no âmbito do PRR.

“De seguida, as CCDR vão contratualizar com os municípios onde estes investimentos se vão localizar, a realização dos projetos e das obras, criando condições para reforçar a competitividade territorial, promover a atração e fixação de empresas e de pessoas e favorecer um desenvolvimento mais equilibrado do nosso tecido produtivo, com impacto muito significativo nas cadeias logísticas nacionais”, explica a ministra da Coesão.

Da lista de algumas estradas temos:

CONSTRUÇÃO NOVA:

EN14, EN4, IC35, IP2, Eixo Rodoviário Aveiro – Águeda, EN125, Variante à EN211.

REQUALIFICAÇÃO:

EN344. km 67+800 a km 75+520 – Pampilhosa da Serra, intervenção que prevê uma alteração significativa das características geométricas da estrada existente, bem como o alargamento da plataforma rodoviária, valor 8 milhões €.

IC2 (EN1). Meirinhas (km 136,700) / Pombal (km 148,500)

IP8 (A26). Aumento de Capacidade na ligação entre Sines e a A2

CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO:

Ligação de Baião a Ponte da Ermida,

IP8 (EN121)

IP8 (EN259)

Entre muitas outras ligações.

Em termos de futuras empreitadas a realizar no âmbito do PRR, a IP já assinou 3 contratos de financiamento com a Estrutura de Missão "Recuperar Portugal", num total de 394,8 milhões €.

Bem sei que esta obra muito referenciada nos últimos anos não é da responsabilidade da Câmara Municipal, mas dadas as circunstâncias não deveria este executivo fazer um pouco mais? Afinal estamos a falar do Programa de Valorização do interior, onde dos 4 eixos de intervenção, temos;

Eixo 3- Captar Investimento e fixar pessoas no interior

Eixo 4- Tornar os territórios do interior mais competitivos

Já perdemos a conta dos anos que lutamos pela requalificação desta infraestrutura fundamental para o desenvolvimento da nossa região.

Já perdemos uma oportunidade por causa da Troika,

Estamos a perder o comboio da Bazuca Europeia,

Para quando a próxima oportunidade?

Haverá próxima oportunidade?

Quais as diligências que este executivo têm feito junto da administração central?

Pela bancada do PSD

João Carlos Almeida

Exmo Senho Presidente da Assembleia Municipal da Sertã

Exmas Senhoras Secretárias

Digníssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Sertã

Digníssima e Digníssimos Vereadores do Município da Sertã

Senhoras e Senhores Deputados

Caríssimo público, presente e a todos os que nos ouvem através da comunicação ouvida e recebida via net, a todos os desejos de uma boa tarde.

Contraventos e marés, o mais antigo membro desta Assembleia Municipal, volta ao debate político, no sentido de lutar por uma Sertã, leia-se concelho, com um estado de espírito pleno de satisfação e orgulho.

Começarei por dar os parabéns aos Presidentes da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, pela sua eleição, para os cargos que hoje ocupam e que o povo do nosso concelho, deu um voto de confiança, elegendo-os para um mandato de quatro anos, esperando que daqui por outros tantos, repitam tal desidrato, sendo que com isso consideraram que o Vosso trabalho foi capaz e demonstrativo de competência.

Lembrem-se sempre, que o povo escolhe na sua sabedoria os melhores, cumpram as vossas promessas e nem embalem por facilitismos.

Por outro lado, vejo aqui, um enorme número de deputados jovens, sinal demonstrativo de uma mudança de mentalidade, entre os partidos políticos, que aqui estão representados.

Mas só isso não chega, porque se ser jovem e não ter ideias próprias, ou seja, tendo inculcida nas suas cabeças ideias velhas, lamento, mas não se vai a lado algum.

Lembro-me perfeitamente do meu primeiro ato de posse. Tinha ao tempo vinte e sete anos de idade, alguém, que era um amigo deu-me um concelho, que vos irei transmitir, mas que têm de ser vós a escolher para pô-lo em prática: "O que não perfilha as nossas ideias, não é nosso inimigo, é apenas nosso adversário".

Lembrem que quer uns quer outros, fomos escolhidos para elevar bem alto esta terra, e que só as ideias de todos podem e devem contribuir para que tal aconteça.

Nunca se furtem ao debate e não se fechem em vós próprios, porque nas ideias dos outros, estará sempre o melhor para todos. O caminho para obter o êxito reside nas ideias de todos.

Não foi deixar de aqui e agora congratular-me com as vitórias do meu partido (PS), nos dois últimos atos eleitorais: Autarquias e Assembleia da República.

Sempre senti que os ventos de mudança sopravam, embora que no primeiro caso o ruído de fundo era elevado, já para Assembleia da República não esperava de modo algum uma vitória, como a que foi conseguida.

Parabéns ao concelho da Sertã, que finalmente viu e sentiu, que havia necessidade de uma mudança.

Parabéns ao PS e ao Presidente da Comissão Política Concelhia, o Prof. Carlos Miranda, que com o seu dinamismo e postura, atingiram estas meritorias vitórias.

Espero bem que no futuro elas se repitam e para que tal aconteça, existe a necessidade de uma união de esforços, de todos novos e mais velhos, no sentido de acabar com estigmatismos balofos, que em nada dignificam quem os pratica.

Uma palavra de amizade e consideração, aos meus mais velhos adversários políticos, dizendo-lhes de forma frontal, que a minha consideração por vós mantém-se, e que cada vez que não cumpram com as Vossas obrigação para que foram eleitos, estarei cá para vos as lembrar.

Bem ajam por este tempo que vos tomei.

Tenho dito.

Sertã, 30 Abril 2022

Deputado Municipal,

Alvaro Fernando de Carvalho Monteiro

Assembleia Municipal de 30 de abril de 2022

Em nome do Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal cumprimento todos os presentes.

Exmas. Senhoras Secretárias

Exmo. Sr. Presidente da Câmara

Exmos. Senhores Vereadores/a

Exmos. Membros da Assembleia

Exmos. Senhores da Comunicação Social

E Prezado público aqui presente e que nos ouve via Rádio Condestável.

A todos saúdo com votos de boa tarde e desejos que se encontrem de boa saúde.

Como deputada nomeada por esta Assembleia Municipal, para a CPCJ da Sertã, e sendo uma das competências da CPCJ alargada:

“1.1. Informar a comunidade sobre os direitos da criança e do jovem e sensibilizá-la para os apoiar sempre que estes conheçam especiais dificuldades;”

Achei oportuno intervir neste momento no seguimento da Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o assunto: “Plano Local da Promoção e Proteção dos Direitos de Crianças e Jovens” apresentado publicamente no passado dia 2 de março na Casa da Cultura da Sertã, pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Sertã, tendo o mesmo sido aprovado em reunião da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens no dia 2 de fevereiro de 2022.

E saliento que estou aqui eu a falar, mas poderia ser as deputadas: Dra. Cristiana Tagaio, a Dra. Maria João Ribeiro ou a Dra. Maria Gracinda Marçal, pois todas nós fazemos parte da CPCJ alargada, e se disser alguma incongruência agradeço que me corrijam.

O presente documento foi elaborado no âmbito do “Projeto Adélia – Parentalidade Positiva” - projeto este coordenado pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e da Proteção de Crianças e Jovens.



Que tem como objetivo primordial a promoção e proteção dos direitos das crianças e dos jovens, e apoiar o desenvolvimento das nossas crianças e jovens num ambiente de Parentalidade Positiva.

O Plano resultou do trabalho que foi desenvolvido pela CPCJ que teve início em 2019, junto das famílias, pais e educadores, das Escolas do concelho, das várias Entidades/Associações com competências em matéria de infância e juventude e claro dirigido às nossas crianças e jovens do concelho da Sertã. A todos foram aplicados questionários distintos - ferramenta de diagnóstico, em ambiente Google.

Segundo passo, foi efetuado um Autorretrato das famílias do concelho, os direitos das crianças e jovens:

Direito à sobrevivência – Alimentação, alojamento e cuidados de saúde,

Direito ao desenvolvimento: Educação, brincar, Cultura e Desporto e

Direito à Proteção: Maus tratos, negligência, direitos das crianças e direito à participação.

Em síntese, foram identificados vários problemas, com intensidades diferentes, destacando-se:

- maus tratos na infância na família, ... (páginas 66 e 67);

Para dar resposta às questões o Plano Local apresenta os seguintes eixos estratégicos:

Detalhes do Eixos de atuação do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens da Sertã 22-24

Eixo/Dimensão	Objetivo estratégico
A. Proteger os direitos das crianças, lutar com a exclusão social e a discriminação e promover a justiça e proteção social	Promover na Comunidade o respeito pelos direitos fundamentais das crianças à não discriminação, à participação, a ser ouvidas e à proteção.

B. Apoiar os pais e as famílias no superior interesse das crianças	Criação de condições para uma parentalidade positiva, garantindo o acesso à informação e aos recursos materiais, psicológicas, sociais e culturais, em estreita colaboração entre as famílias e as entidades
C. Promover a participação das crianças e jovens, assegurando que são sempre ouvidas em todas as matérias que lhes digam respeito.	Criação de condições para que as crianças e os jovens sejam ouvidos em todas as matérias que lhes digam respeito.
D. Promover o direito das crianças e das famílias à informação sobre serviços e programas das entidades com competências em matéria de infância e juventude.	Coordenar respostas através da articulação integrada das entidades facultando a informação para utilizar os serviços de saúde, educação, cultura, desporto e lazer.
E. Prevenir e Combater todas as formas de violência contra as crianças e jovens.	Coordenar/dinamizar atividades preventivas de todas as formas de violência

A CPCJ alargada com base nos eixos apresentados, já elaborou e aprovou, em 6 de abril o "Plano de Ação Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Sertã para o ano de 2022.

O mesmo já começou a sair do papel e está em marcha:

Elenco apenas algumas das ações:

- Durante este mês de abril alertou-se para os maus tratos na infância, atividade que contou com a excelente colaboração das Juntas e Uniões de Freguesia na divulgação do Laço Azul e respetiva explicação à porta dos seus edifícios, as montras das lojas da nossa

vila aderiram, as Associações de jovens as várias famílias nas suas próprias casas e claro o Município da Sertã.

-Todas as Escolas do concelho realizaram um Laço Humano, ontem, 29 de abril de 2022 às 10h30, envolvendo toda a comunidade escolar e comissários da CPCJ.

As ações seguintes que se encontram programadas são:

- Formação Modular Certificada no Instituto Vaz Serra em formato online sobre "Planeamento e gestão do orçamento familiar"
- Palestra "Alimentação Saudável para Crianças e Jovens" com nutricionista (Técnica do Centro de Saúde)
- Ação de sensibilização sobre cyberbullying "Miúdos Seguro na net"
- Projeto Piloto "Oficina da Parentalidade"
- Criação de Observatório para a infância e juventude, entre outras.

Assim estão disponíveis exemplares do "Plano Local de Promoção e Proteção dos direitos das crianças e Jovens "Sertã a olhar a infância e a Juventude" para os Senhores deputados levarem.

Concluo com as palavras do Senhor Presidente, Dr. Carlos Alberto de Miranda, com as quais concordo plenamente:

...“que as crianças e jovens sertaginenses se sintam respeitados, integrados e protegidos em ambiente escolar, na sociedade ou no seu seio familiar”.

...“as crianças e os jovens são o foco das nossas preocupações aqui no concelho da Sertã. É importante pensar e agir no presente para que as crianças possam viver a sua infância em plenitude e no futuro serem adultos de corpo e mente”.

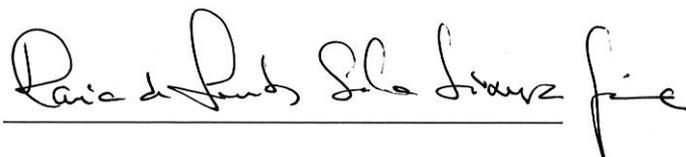
Aproveito ainda, e apresento uma sugestão de proposta ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que hoje dia 30, último dia do mês de abril aceitemos também o desafio lançado pela CPCJ da Sertã que em Assembleia Municipal da Sertã, não digo fazermos um laço humano mas fazermos uma concentração nas escadas do edifício e

FR

tirarmos uma foto no final dos trabalhos, sob o lema "Serei o que me deres...Que seja amor"

A todos, muito obrigada pela atenção dispensada.

O Membro da Assembleia Municipal



Maria de Lurdes Silva Teixeira Sequeira

2.1 Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, acerca da atividade Municipal, bem como da situação financeira.

Dia Internacional da Mulher – “Homenagem às colaboradoras das IPSS do concelho”

Em tempos de pandemias, entendo que se mais alguém merecia uma homenagem, eram estas mulheres, que de forma abnegada, estiveram sempre presentes de corpo e alma a guardar os idosos deste concelho. Elas foram contaminadas, sofreram na pele a agrura da doença, mas nunca deixaram de estar presentes na primeira fila.

Após os profissionais de saúde e bombeiros, foram estas profissionais que melhor lutaram contra a pandemia.

Bem ajam os que delas se lembraram, o meu muito obrigado pessoal e institucional.

Nadadores do C.C.D. da Câmara – Os resultados desportivos, falam por eles. Não se dá pela sua existência, porque não arrebatam multidões, mas os resultados e records estão aí para falar por eles. Parabéns a estes campeões e aos seus treinadores.

Para se obter resultados, há acima de tudo acreditar que é possível.

Campeões olímpicos não aparecem de geração espontânea nem nascem no jardim.

Dia Mundial da Água – Quando será que um executivo, consegue baixar a taxa de água consumida e não paga pelos munícipes?!!! - *Este é um desafio.*

Essa percentagem é de valor superior a 50%. Pois é e já não falo, da água subtraída da rede pública.

Vamos começar por moralizar e chamar á razão os infratores. Um pedido aos senhores Presidentes de Junta/União de Freguesia. Ajudem a ajudar.

Concelho Recebe Refugiados – Vamos e já o fizemos, apoiar as vítimas da Guerra na Ucrânia. Solicito que estes refugiados não sejam abandonados á sua sorte, como infelizmente já aconteceu noutros lados.

Integrá-los sim, mas sem caridadezinha.

Festival do Maranhão – Contra o que alguns arautos proclamavam, o executivo do Prof. Carlos Miranda, vai levar a efeito este festival gastronómico. Sim é verdade.

O Programa já foi apresentado na BTL de Lisboa 2022, com a pompa que lhe é devida.

Se terá sucesso que se espera ou não, a seu tempo se verá.

Uma ideia para futuro e se for possível ainda este ano: “Para quando um concurso de confeção deste produto gastronómico aberto a quem nele quisesse concorrer”. Seria para profissionais e para amadores. Poderia acontecer uma agradável surpresa.

Pensar é preciso.

Tenho dito

Sertã, 30 Abril de 2022

O Deputado Municipal,

Álvaro Fernando de Carvalho Monteiro

Intervenção

Assembleia Municipal

30 de abril de 2022

Partido Socialista

Sessão ordinária, período Ordem do Dia, ponto 2.2.

Em relação a este ponto, eu devo dizer que não me agrada nada ter de fazer esta intervenção pela sua desnecessidade.

Quando aceitei fazer parte da lista à Assembleia Municipal da Sertã e da lista à Assembleia de Freguesia do Carvalhal motivaram-me apenas o interesse da população numa política renovada e de desenvolvimento. Havia comodismo e inoperância. E era urgente que a Sertã e o Carvalhal mudassem de rumo. O Partido Socialista ganhou e parece-me que esta vitória ainda não foi aceite pela oposição e é normal haver desânimo numa derrota.

O que não é normal é usar-se uma freguesia para jogos partidários. E é isso que me parece estar a acontecer. A justificação do voto contra da oposição em nada é compreensível e aceitável.

Em primeiro lugar, as eleições autárquicas ocorreram em setembro de 2021 e a tomada de posse a 15 de outubro, tendo passado mais de meio ano desde as eleições e sendo que desde o início de fevereiro, existe uma decisão judicial a firmar a legalidade da Junta de Freguesia do Carvalhal.

Em segundo lugar, a preocupação que manifestam devia ter ocorrido durante os últimos quatro anos, onde na freguesia do Carvalhal, sob um executivo PSD, não existiam regulamentos administrativos, era emitido um recibo em vez de licenças de caniços, havia uma contabilidade “criativa”, entre outros assuntos do foro jurídico que o atual executivo tem de resolver.

Em terceiro lugar, devo alertar que não existe telepatia no Carvalhal e, portanto, os eleitos levantaram-se, votaram secretamente numa estrutura metálica e colocaram o voto na urna. Não houve armas apontadas à cabeça. Não existiram manifestações a decorrer no exterior. Houve uma votação secreta, realizada nos termos da lei e com bastante público a confirmar a legalidade do ato e da cerimónia. É desagradável que este assunto seja usado de forma tão leviana.

A decisão da magistrada está ao dispor de todos os interessados e, se a querem ler, dirijam-se como qualquer cidadão à Junta de Freguesia. Relembro que é importante a convivência



com os carvalhenses durante o ano inteiro para que realmente se perceba o que é melhor para a população. E estas guerras em nada beneficiam a freguesia do Carvalhal.

Repito, estas guerras em nada beneficiam a freguesia do Carvalhal. Representam o pior da política e algo com que não me identifico de todo, que são os interesses partidários. É realmente desnecessário e lamentável que, em pleno século XXI, ainda se faça política desta forma.

Cristiana Tagaio dos Santos

Sertã, dia 30 de abril de 2022

Caros membros do executivo, da mesa da assembleia, deputados municipais, presidentes da junta, população e comunicação social.

Começo a minha intervenção com o intuito de esclarecer algumas dúvidas com que fiquei referente a este apoio solicitado pela junta de freguesia do Carvalhal.

Como tal, pedi esclarecimentos à mesma, por ter conhecimento que a escola primária e o jardim de infância encontrava-se a ser explorada por uma associação, tentando saber quais as atividades propostas e as condições que foram acordadas com a respetiva junta.

Em resposta à questão a junta de freguesia do carvalhal, argumentou e passo a citar, “Em resposta ao seu email, cumpre-nos informar que não existe nenhuma associação responsável pela antiga escola primária. Nos anos anteriores à pandemia, o espaço foi explorado pela Associação Desportiva e Cultural do Amparo. Todavia, durante o período pandémico, as instalações da Escola Primária apenas foram utilizadas para a realização de cursos formativos de iniciativa do anterior executivo.”

Assim sendo, como consta no ponto 3.4, da proposta nº 84/2022 da ata nº9 18-04-2022, e passo a citar o é um edifício emblemático construído pela boa vontade da população em 1916 e por onde passaram maior parte dos Carvalharenses assumindo um papel especial destaque e relevância da freguesia.

Sendo assim as minhas dúvidas são:

- Foi pedido pela camara municipal à junta de freguesia o resultado da perícia?
- Como e porquê deflagrou o incendio?
- Estava naquele instante alguém a ter formação?
- Não seria o dever da junta ter um seguro de incendio, raio e explosão para proteção do edifício? Visto sendo um edifício da junta de freguesia com atividades. Edifício este histórico, emblemático e centenário.
- Não será o executivo da junta responsável pelos seus atos?

Esta falta de responsabilidade é condenável e como tal o Chega vota contra, não se pode recompensar um erro que pode tirar vidas sem que ninguém seja responsabilizado pelo mesmo. É um edifício publico e como tal temos que dar o exemplo.

Ainda todos temos em mente o ocorrido em Tondela em 2018, onde infelizmente existiram mortos e vários feridos graves com mazelas para o resto da sua vida.

As formações são compostas por pessoas e essas mesmas pessoas devem se encontrar seguras. Não é apenas dar dinheiro sem fazer perguntas, porque o dinheiro não paga vidas.

30/04/2022

Cátia Pinto



ANEXO XIV
d R

Exm^o Sr Presidente e Sr^{as} Secretárias da Assembleia Municipal

Sr Presidente Câmara Municipal

Sra e Srs Vereadores

Sras e Srs Membros da Assembleia Municipal

Sra Assistente Técnica

Comunicação Social

Senhoras e Senhores

Estamos agora debater a proposta de atribuição de transferência de capital à Junta de Freguesia do Carvalhal para reparação da cobertura do Jardim de Infância Escola Primária do Carvalhal.

Claro que a aprovação desta proposta é justa e necessária e não apresenta em si qualquer dúvida.

Contudo existe uma dúvida que não podemos ignorar ou fingir que não sabemos que existe um problema.

Já foi referido várias vezes nesta Assembleia Municipal, foi questionado várias vezes nos órgãos autárquicos da freguesia do Carvalhal e surgiram comunicados na comunicação social de partidos políticos de que a eleição da Junta de Freguesia do Carvalhal pode não estar legalmente constituída.

Não compete a esta Assembleia Municipal determinar esta legalidade, mas tem a obrigação de fiscalizar os actos do município e tem a responsabilidade acrescida de saber se a distribuição de dinheiros públicos por parte do município são em conformidade com a lei.

Havendo a duvida se a junta de freguesia do Carvalhal esta legalmente constituída, qualquer acto por ela praticado pode ser colocada em dúvida a qualquer altura.

E se estiver ilegal e tiver que ser repetida a eleição para secretário e tesoureiro da junta de freguesia, todos os actos por ela praticados não poderão ser considerados nulos, pergunto eu?

Mas e esta Assembleia Municipal? Se temos duvidas? Vamos aprovar a entrega de valores ou a celebração de protocolos com um órgão autárquico que pode ser destituído no futuro? E todos as decisões por ela tomadas anulados?

Relembro que qualquer acto ou votação aqui assumida é pessoal e não colectiva, ou seja poderá acontecer que se o tribunal competente determinar a invalidade da constituição da junta de freguesia do carvalhal, a responsabilidade de todos que votaram a favor desta proposta terá ser assumida individualmente.

Não pretender assustar ninguém mas alertar para exemplos de casos semelhantes em que decisões do tribunal obrigaram presidentes da junta, vereadores e presidentes da Câmara a repor valores atribuídos ilegalmente do seu próprio bolso apesar do fazem de boa-fé e com convicção de estarem a agir de acordo com a lei.

A gestão de dinheiros públicos não obedece ao politicamente correcto ou á nossa boa vontade.

Fomos eleitos para exercer um mandato de responsabilidade .

Como eu tenho duvidas se estou a actuar dentro da legalidade, tenho que tomar uma atitude preventiva, pelo que primeiro vou apresentar um requerimento ao Sr Presidente da Assembleia Municipal para ser dirigido ao Ministério Publico junto ao Tribunal Administrativo e Fiscal, que irei ler.

E votarei contra esta proposta da atribuição de transferência de capital à Junta de Freguesia do Carvalhal para reparação da cobertura do Jardim de Infância Escola Primária do Carvalhal, apresentando no final declaração de voto publicamente com os fundamentos desse voto.

Sertã 30/4/2022

Jorge Manuel Marques Coluna

Senhor Presidente da Assembleia e Secretárias da Mesa
Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores
Caros colegas membros desta Assembleia Municipal
Comunicação Social
Ouvintes da Rádio Condestável
Público presente

ANEXO XIV



Celebrámos na passada segunda feira, a data histórica do 25 de abril.

O dia de liberdade que nos permite estarmos aqui hoje a expressar as nossas convicções, convergentes, divergentes, mas sempre respeitáveis.

Isto para dizer que legitimamente o PSD no executivo, votou contra a atribuição deste subsídio, baseado em conjeturas meramente políticas, e menosprezando a recuperação de um património histórico do concelho e mais concretamente da freguesia do Carvalhal.

O PSD, verdadeiramente, nunca contestou se a Junta de Freguesia do Carvalhal está legalmente constituída ou não.

E se tinham essa dúvida, podiam, como dizem na declaração de voto, pedir um parecer às entidades competentes, nomeadamente CCDR e DGAL.

Preferiram, no entanto, andar a reboque do Bloco de Esquerda que, na dúvida dessa legalidade, decidiu apresentar uma reclamação no Ministério Público que obteve a conclusão que passo a citar:

“Deste modo, mostrando-se há muito decorrido o prazo para impugnação contenciosa da alegada (porque entendemos não o ser) ilegalidade, nenhuma providencia jurisdicional poderia ser desencadeada pelo Ministério Público.

Note-se que o ato foi praticado em 15.10.2021 e a participação ao Ministério Público oficializou-se a 22.11.2021, ou seja mais de 30 (trinta) dias depois.

Por tudo o exposto, não existindo fundamento para ser requerida qualquer providência jurisdicional no âmbito da jurisdição administrativa, determino o arquivamento dos autos.

Comunique-se ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Carvalhal, bem como ao Exm^o membro eleito aqui participante, André Manuel Silva Fernandes.”

Pelo que sei, à Junta de Freguesia do Carvalhal, órgão autónomo do poder local, nunca foi solicitado pelo PSD, qualquer esclarecimento sobre esta situação, pese embora havendo rumores públicos desta decisão.

Finalmente e após estes esclarecimentos, esperemos que o PSD tenha consciência da importância da recuperação de um Edifício emblemático concluído em 1904, localizado estrategicamente junto à EN2, com enorme potencial turístico para a freguesia, concelho ou região e que vote favoravelmente este subsídio.

Sertã, 30 de abril de 2021

Pela Bancada do PS

Vitor Cavalheiro



Declaração de Voto

Os membros da Assembleia Municipal do PSD, abaixo assinados têm opinião favorável relativamente à atribuição de um apoio financeiro de 12.000€ à Junta de Freguesia do Carvalhal para reparação do edifício onde funcionava o Jardim de Infância e da escola de 1º ciclo do carvalhal e mais recentemente a associação do Carvalhal.

No entanto, considerando que persistem dúvidas sobre a correta instalação da Junta de Freguesia do Carvalhal, os membros da Assembleia Municipal do PSD consideram que a votação deste ponto deve ser precedido de um parecer das entidades competentes ou comunicação do ministério publico, que acautele a legalidade da atribuição deste apoio financeiro.

Os membros da Assembleia Municipal do PSD abaixo assinados votam contra, de modo a acautelar a não responsabilização de eventual atribuição de apoio financeiro de forma ilegal.

Sertã 30/4/2022

Os membros da Assembleia Municipal

[Handwritten signatures and names in blue ink:]
- Maria João Torres
- [Signature]
- [Signature]
- Alfredo Silva
- [Signature]



Requerimento

Nos termos da alínea a) do nº 2 do artº 25º da lei 75/2013 de 12 de Dezembro e da al. g) do artº43 do Regulamento desta Assembleia Municipal apresento perante o Srª Presidente da Assembleia Municipal o seguinte requerimento:

Sáiram notícias na comunicação social, foi referenciado várias vezes nas sessões da Assembleia Municipal e questionado nos órgãos autárquicos da Freguesia do Carvalhal, da possibilidade de esta não estar legalmente constituída e por esse motivo as suas decisões e actos poderem ser colocados em causa e considerados nulos.

Assim requeiro que o Sr. Presidente dirija as seguintes questões ao Digníssimo Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco.

- Foi apresentado algum pedido de averiguação sobre a possibilidade Junta de Freguesia do Carvalhal não estar legalmente constituída?
- Em caso afirmativo e enquanto decorre a análise e posterior decisão poderá o Município da Sertã promover a atribuição de subsídios ou a aprovação de protocolos com a respectiva junta de freguesia do Carvalhal?
- Na eventualidade de esta estar ilegal, poderão os Membros da Assembleia Municipal, Vereadores ou Presidente da Câmara ser responsabilizados pessoalmente por esta decisão se votarem favoravelmente?

Sertã 30/4/2022

Jorge Manuel Marques Coluna

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021

Feita uma análise da prestação de contas de 2021, muito pouco podemos acrescentar relativamente à estratégia deste executivo, não é visível uma alteração significativa do documento uma vez que a prestação de contas de 2021 não pode ficar dissociado do executivo anterior.

Do ponto de vista técnico está correto, do ponto de vista financeiro reflete uma política de contenção relativamente à gestão das contas públicas.

Ajustou-se o orçamento aprovado às necessidades reais, efetuaram-se modificações orçamentais que, no seu conjunto, determinaram um aumento do valor global do orçamento inicial de 3.928.067€, resultante da única revisão efetuada em 2021, para integração do saldo de gerência, transitado do ano anterior.

Contas que permitem um mandato de 2022 de continuidade, com a gestão de obras em curso evidenciando uma situação económica-financeira muito equilibrada.

No final de contas, é visível um certo cuidado na gestão da receita em função da despesa, concluindo que os meios não são infinitos e que é necessário fazer escolhas.

Ao contrário do que era defendido antes pelos mesmos que hoje geram os destinos do concelho, é usual ouvir que é necessário gerir as contas públicas com responsabilidade.

É usual ouvir que o dinheiro não chega para tudo, mesmo tendo encontrado uma situação muito confortável, basta ter em conta o resumo diário de tesouraria.

Muito se criticou antes, e foi vinculado pelo Presidente Carlos Miranda por várias vezes, que os protocolos que definem as regras de apoio das Associações deveriam ser resolvidos e assinados no princípio de cada ano por questões de logística e de organização das mesmas, mas estamos a entrar em maio e ainda nada foi definido.

A receita total arrecadada em 2021 foi de 19.800.776€. Do valor arrecadado, 14.157.251€ correspondeu a receita corrente e 1.715.144 € a receita de capital.

O imposto municipal sobre imóveis (IMI) é a principal fonte de receita no contexto dos impostos diretos, continua a registar um crescimento

favorável de 3%. O imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT), é uma receita de natureza fundamentalmente conjuntural, com exceção do ano de 2018, esta fonte de receita tem evoluído favoravelmente, registando em 2021 um incremento de 25%, face ao ano anterior.

Relativamente ao imposto único de circulação (IUC), verifica-se que este imposto tem apresentado nos últimos três anos um crescimento constante de 5%.

Dados que demonstram que independentemente das contrariedades dos últimos anos, o concelho da Sertã têm evidenciado um dinamismo crescente sustentável e saudável.

A dívida a fornecedores, continua a manter-se em níveis reduzidos o que demonstra o esforço e a preocupação do município no cumprimento dos seus compromissos, dívida não vencida, o Município da Sertã não tem pagamentos em atraso aos seus fornecedores e esperamos que assim continue.

A despesa com juros e outros encargos tem vindo a registar, ano após ano, sucessivos decréscimos, O passivo bancário foi de 1.264.203€,

De referir ainda que, atualmente o Município suporta encargos com amortizações de apenas dois empréstimos bancários.

A execução dos valores previstos no PPI foi afetada não só pelo atraso no arranque de alguns projetos como também pelos atrasos verificados na execução de algumas obras que viram a sua atividade condicionada, em 2021 a pandemia teve um efeito limitador e condicionador dos objetivos e metas traçados para o concelho da sertã, tendo efeitos nocivos no desenvolvimento económico e social.

Continuamos a ter uma situação financeira estável, que esperamos tenha continuidade em anos subsequentes.

Porque é possível fazer obra com estratégia e contas certas, situação que origina uma situação financeira estável. Espero que este executivo continue o rumo do desenvolvimento com a respetiva consolidação orçamental.

O voto da bancada do PSD será a favor do documento apresentado.

Pela Bancada do PSD



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Exma.(s) Senhoras Secretárias da Mesa da Assembleia Municipal.

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Exmo.(s). Senhores Vereadores e Senhora Vereadora.

Senhoras e Senhores Deputados da Assembleia Municipal

Público e Comunicação Social,

Os meus cumprimentos.

A discussão e votação da conta de gerência é um momento muito importante da ação da Assembleia Municipal no exercício das suas competências em matéria de acompanhamento e fiscalização das atividades da Câmara Municipal. A conta de gerência de 2021 tem a particularidade de ser apresentada por um executivo que nada teve a ver com a elaboração do orçamento que lhe deu origem e, dado o momento em que ocorreu a sua tomada de posse, muito pouco teve a ver com a sua execução.

Trata-se de um documento técnico que espelha o grau de execução financeira das escolhas efetuadas em sede de orçamento e que retrata a situação patrimonial à data do balanço. Dito de outro modo, a conta de gerência relata a execução financeira da receita e da despesa nas suas componentes face ao orçamento aprovado e dá a conhecer a situação patrimonial da entidade à data do balanço, nomeadamente os seus ativos e passivos bem como a situação líquida.

I - A execução orçamental da receita.

A execução orçamental da **receita total** em 2021 ficou pelos 74%. Esta taxa de execução está abaixo do limite previsto no nº3 do artigo 56ª da lei nº73/2013 de 3 de Setembro e que estabelece que o município que registre durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita inferior a 85% informará a DGAL e o s membros do governo responsáveis pelas finanças e administração local (regime de alerta precoce de desvios). O desvio originado é desfavorável em 7.067.035€. Dos 26,9M€ previstos de receita, o valor cobrado líquido foi de 19,8M€. Isto resulta de uma execução da receita corrente de cerca de 94%, combinada com uma execução da receita de capital de apenas 22%. Sabemos que a receita de capital é muito dependente da aprovação e da execução financeira dos projetos submetidos a candidaturas a fundos comunitários e este desempenho foi fraco.

Do total de **receita corrente** prevista de cerca de 15 milhões de euros (M€), foram cobrados 14,2 M€. Ainda assim, o relatório alerta para os valores de receita liquidada, associada a água, saneamento e resíduos, cuja cobrança a terceiros não ocorreu. As receitas correntes têm um peso de 89% na receita total arrecadada em 2021, a qual registou face a 2020 um acréscimo de apenas 56.543€, ou seja, 2%. Dentro da categoria de receitas correntes, destaque para as transferências correntes, com o valor de cobrança de 9.163.886€, ou seja, mais 5% que no ano anterior. Seguem os impostos diretos (IMI, IMT, IUC e Derrama, isto é, tributos sobre o que representa “a materialização da capacidade tributária ativa dos Municípios”), no valor de 2.110.993€ e com uma variação de 6% face ao ano anterior.



Relativamente à **receita de capital**, o grau de execução ficou pelos 22% de execução, na medida em que do total de cerca de 8M€ previstos cobrar apenas foram cobrados 1,7M€. Em comparação com o ano anterior, a receita de capital registou um decréscimo de 8%. Em particular a rubrica Estado-participação comunitária em projetos cofinanciados, estava prevista uma verba de 5,1M€ mas a receita cobrada líquida foi de apenas 0,4M€, ou seja de 8,5% de taxa de execução.

II - A execução orçamental da despesa.

A despesa total inicialmente prevista em orçamento era de 22.939.745€ e foi revista com as contrapartidas pela inscrição do saldo de gerência, passando a 26.867.812€. O total de despesa comprometida foi de 18.991.113€ e faturada de 16.332.096€. Despesa paga (executada) foi de 15.962.106€, a que corresponde a uma taxa de execução de 59%. Isto resulta de uma execução da despesa corrente de 76% (11.503.265€), a receita mais certa e rígida e uma execução da despesa de capital de apenas 38% (4.458.840€). Analisemos então cada uma destas componentes de seguida.

A despesa corrente executada, teve um incremento de cerca de 10% face a 2020, cifou-se em redor dos 11,5M€ (representando 72% do total da despesa). Aqui se incluem as aquisições de bens e serviços com cerca de 5,1M€ (representando 44% da despesa corrente e 31% da despesa total), as despesas com o pessoal de cerca de 4,6M€ (representando 40% da despesa corrente e 29% da despesa total) e as transferências correntes com aproximadamente 1,7M€ (representando cerca de 11% da despesa total).

A despesa de capital executada, teve um incremento de cerca de 5% face a 2020, cifou-se em redor dos 4,5M€ (representando 28% do total da despesa). Aqui se incluem as aquisições de bens de capital com cerca de 4,1M€ (representando 26% da despesa total) e os passivos financeiros com cerca de 0,2M€. Se nos focarmos apenas no Plano Plurianual de Investimentos, a despesa prevista era de cerca de 11M€, os compromissos rondaram os 5,8M€ e a despesa paga foi de 4,1M€. Em face dos 11,7M€ de despesa de capital previstos, a execução de apenas 4,5M€ representa uma taxa de execução de apenas 38%.

III - A situação patrimonial.

O balanço em 31/12/2021, revela-nos um ativo total de 60,4M€, um total de património líquido de 57,7M€ e um total de passivo de 2,7M€, onde se inclui os financiamentos obtidos (empréstimos) de cerca de 1,4M€. Na apreciação da situação patrimonial, os saldos de gerência têm sido nos últimos anos o ponto de maior destaque na discussão quer pelo seu montante quer do seu significado. O saldo de gerência de 2021 não é (não foi) exceção. Há até quem, antes do seu apuramento (decorria ainda execução de 2021!), tenha falado da sua ordem de grandeza e da sua, só por si, grandiosa capacidade de realização. Verificámos depois, que o saldo de gerência de 2021 que transita para 2022 é de 3.838.670,54€, valor muito próximo mas ainda assim inferior ao saldo que a gerência de 2021 incorporou da execução de 2020. Por esse prisma não pode ser dado atributo a um saldo, diferente do que foi conferido ao outro da mesma ordem

de grandeza. Se fosse assim, com um saldo herdado ainda maior, em 2021 tudo teria sido feito o que, como verificamos, a execução orçamental ora em apreço desmente. Não resisto a lembrar a parte final da minha intervenção na Assembleia Municipal de 30/06/2021: **«Há um saldo de gerência de (cerca de) 4 milhões de euros. Compreendemos as palavras do Sr. Presidente (José Farinha Nunes), de que “não é dinheiro que está a mais!”, ele está mais que comprometido para as obras que não se fizeram e que constam do PPI»**. Um ano depois e mantenho: o saldo de gerência está mais que comprometido para as obras que constavam do PPI de 2021 e que não se realizaram. E acrescento: seria preferível não ter o saldo de gerência e ter as obras concluídas. Pela razão que, caso não existisse saldo em consequência das obras previstas estarem realizadas, isso seria positivo na medida em que essas infraestruturas já estariam disponíveis para os munícipes delas usufruírem. Pelo contrário, as obras não realizadas significam atrasos no acesso às mesmas e em alguns casos a necessidade de relançar concursos/empreitadas agora com custos significativamente acrescidos, pelas razões conhecidas de alta generalizada de preços e escassez de alguns recursos.

Mas o saldo de gerência serve também para pagar as dívidas já inscritas (passivo de cerca de 2,7M€ representa 70% do saldo de gerência), fruto das obrigações contraídas pelo município, a fornecedores, bancos e outros credores. Serve igualmente para fazer face a acréscimos de encargos decorrentes dos obrigatórios reforços de verbas para as obras em plano que, para a sua prossecução, foram exigidos novos concursos/reprogramações com acréscimo de verbas.

Em resumo: não vale a pena enfatizar o saldo de gerência se não olharmos para a outra face desta moeda, isto é, a obra não executada.

Para concluir, regresso ao ponto de partida. A conta de gerência de 2021 é um documento técnico que: 1- relata o desempenho do Município em 2021 (Demonstração dos Resultados e Mapas de Execução), 2- retrata o ponto de chegada em 31/12/2021, ou seja, a situação patrimonial (Balanço). Nada do que façamos em termos de votação, hoje e aqui, altera a realidade passada. E por isso, não é usual votar contra a Conta de Gerência e a abstenção é a “sinalização” a quem executou de que algo podia ter sido diferente. Mas mesmo este sinal, hoje não faz sentido porque esta Conta de Gerência é a última de um ciclo que terminou em Outubro passado.

Sertã, 30 de Abril de 2022.

Jorge Rodrigues Farinha

Partido Socialista.

- Ex.^{ma} Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Sertã
- Ex.^{mas} Senhoras Secretárias da Assembleia Municipal da Sertã
- Ex.^{mo} Senhor Presidente da Câmara Municipal da Sertã
- Ex.^{mas} Senhoras e Srs. Deputados Municipais
- Ex.^{ma} Senhora Vereadora e Srs. Vereadores da Câmara Municipal
- Ex.^{ma} Senhora Técnica Assistente
- Ex.^{ma} Comunicação Social
- Ex.^{mo} Público Presente e Rádio Oeuvinte

Os meus respeitosos cumprimentos

É com muita satisfação que assisto a esta sessão, já sem tão rígidas regras de defesa contra a pandemia da Covid.

Ex.^{mas} Senhoras e Senhores

Foi com agrado que ouvi pela Rádio Oeuvinte a notícia dada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sr. Dr. Carlos Miranda que: começando, presumo que em breve, a dar passos para a concretização de um Centro Interpretativo da vida de São Nuno de Santa Maria, em Cernache do Bonjardim, onde nasceu o já seu vida, Santo Oeuvinte, D. Nuno Álvares Pereira.

Na propaganda para as eleições, o anterior executivo camarário, o partido eleito, tinha num dos pontos, a criação do centro interpretativo da vida de D. Nuno Álvares Pereira, mas sem referir onde o desejavam realizar.

Numa Assembleia posterior à eleição referi-me a esse ponto, dizendo que deveria ser executado, onde o herói havia nascido, e que poderia ser no centro da vila, no edifício onde nasceu o Dr. Abílio Marçal, que pelo seu estado de degradação, o proprietário, talvez acesse vende-lo ao Município, e que depois de recuperado, além reabilitar aquela área, poderia proporcionar a memória de duas grandes figuras históricas, se bem que por vezes antagónicas - mas que por esse motivo, poderia ter um número muito maior de visitantes. Evidentemente em sectores diferentes e separados, mas no mesmo edifício.

- Turismo - no concelho há vários pontos de muito interesse, mas não se deve esquecer a Serra de Santa Maria Madalena e São Macário. Vou lá muitas vezes e é raro não encontrar visitantes

de outras regiões, e que ficam maravilhosos com a magnífica paisagem, como por exemplo no dia 25 de maio, em que eu e a minha mulher encontramos lá 2 viaturas auto e 3 cavalheiros em motos, as viaturas auto, fomos de motoradas porque as motos precisavam de ir a sanitários - como não haviam, partiram com dois dos 3 cavalheiros das motos, elucidados sobre as terras e povoações que dali se podiam ver, ficamos satisfeitos e agradecidos e decidimos de fotografar. Então a viviam em desfilada e que os autimveis, eram de vidro, tenho encontrado e falado com pessoas de outros pontos do país, mas muitas vezes, e ficam admirados quando lhes indico a Serra da Estrela - e a Serra d' Aire, Alvalde, Lousã, S. João - e outros - a carta que recebi do município da Serra para pagarem de a que a 21/4/2022 - recebi-a a 26/4/2022.

Eu e a minha mulher somos inamáveis de Santa Casa de Mendicantes. as cartas a nós nós enviadas, são arquivadas no mesmo dia e hora nos arquivos da Serra, na última convocatória para a Assembleia Geral de recebi 2 dias antes da dita assembleia, a seguinte à minha mulher foi recebida 6 dias depois - Adm. de - de site desprezo pelo público, de C. t. t. o. o. o.

tenho dito

Sexta, 20 de Abril de 2022

Eduardo Sátrio

Palhais 30-04-2022

Noxmos Senhores e Senhoras

Presidentes da Câmara e da Assembleia, Deputados
Executiva Social e Política

1: ^{Protesto} No edifício da ex-junta de freguesia de Palhais, estava lá colocado uma Pedra Lápida, com o Estandarte do Braço da Junta de freguesia de Palhais, esse Estandarte foi fago, com o desenho da ex-junta de freguesia de Palhais, foi levado de Palhais para Craveira do Bairro de Jardim, e em frente for ali; este desenho é de Palhais e não de Craveira, parece que tudo quanto lá existia foi tudo espoliado, e o caso, o Braço do Estandarte da ex-junta de freguesia do Nesfrel, esse lá está. Se que em Palhais zero, o ex-escudo, se queria Palhais para ele explorar, foi esse Carrasco autêntico; não deixou dúvidas; e está feito Batalhão com os ex-membros da Junta de Craveira, a resposta é dizendo que o Estandarte, que se encontra dentro do edifício é esta a desculpa, pois em não existe desta Câmara; é uma vergonha.

2: A Barragem com projeto aprovado, para se construir em Palhais sítio no lugar da Rola, no lado de cima do da Ponte, que liga de Palhais-Nesfrel, este projeto está na gaveta no roló dos esquecidos.

3: A limpeza em Palhais, nas escolas, Casas de Bairro e edifício da Junta, ficando do lado da Igreja deve ser feita por pessoas de Palhais e não de Craveira; a limpeza da limpeza, foi desfeita a limpeza rouca, para o desenho, ir tudo para Craveira, os Carrascos da Junta anterior

não tiveram, consciência nenhuma, porque a
 actualidade da lei de Maria Fátima Redeiros
 Leite Marçal, a lei de Maria Fátima Redeiros
 isto foi uma vergonha, e fêdo para o município, Palhaís
 assim, e essa frequência utilizada e explorada, porque a
 lei de Maria Fátima Redeiros, Palhaís zero,
 4: referente ao Município de Palhaís, os covões de
 de ler de Palhaís e não de Cerezeira, para o município
 ficar esse Palhaís e não ir fêdo para Cerezeira.

5: Não em Palhaís, falta a rede de esgotos, quando em
 estava à frente do município, todos os anos em
 realizavam isso no Plano de Actividades.

6: Falta acaiação em Palhaís, em vários locais na
 freguesia de Palhaís, e ainda está a variante do
 Trizão à espera, com todos os lugares em Palhaís
 precisa de acaiação.

7: limpeza das Estradas florestais, está fêdo ao
 arredor, a questão, e desde que se vão 70%
 nunca se vai fazer limpeza, e dentro das localidades,

8: Falta a piscina flutuante no Trizão, a
 acaiação que se fez e Batalhar, foi falta da
 piscina flutuante.

9: Para quando a devolução da freguesia de Palhaís.
 O ex-ministro da Administração Interna,
 João de Deus, esse 2016, quando ele era
 Secretário de Estado no mesmo ministério, deu
 a empresa responsável ao preço da manilha, que
 não em 2017 que eram devolvidas = zero, esse Govern-
 o, não mostrou vontade política, foi conversa
 fiada, porque Palhaís, não se confirma, está ligada
 a Cerezeira, há descontentamento já se falou
 quando em 2013, o Povo, quando as freguesias
 e o ex-presidente da Câmara, não ligou nada
 ao assunto esse de fêdo Palhaís, porque esse esse
 2011, esse esse fêdo - não esse esse fêdo

10

das pessoas de Palhais, que estavam recusadas
em Palhais, que não aceitavam a extinção da
Freguesia de Palhais e agora a Câmara da
Vila e da cor Política do Governo de Lisboa e

se o executivo da Câmara, mesmo vontade, Pi-
lítica, e fizesse esse esforço, Palhais passa a ser
Freguesia, das 4 Freguesias, que foram extintas
Palhais tem estado sempre na Comunidade
Social, e a R.T.P. e T.V.I., no dia 28-10-

2013 tiveram a Palhais ouvir as pessoas e
eu tenho eu esse poder a travada da Câmara
de Palhais, esforçamos que a Câmara faça este
esforço, e eliminar o seu frustigio, porque o exe-
cutivo anterior, abençoado de Deus a deriva no
estado da água; pois o processo do abito assinado na gaveta.

11: quanto aos 25 de Abril de 1974, a P.S.P. de Chôque
do Oeiras, era capitão o Comandante da Força era
o ex-Alcaide Honorário, descendente de Ferreira do Zizor.
Recebeu-se a ordem de fazer a carreira carregada
de agentes da P.S.P. in dar apoio ao 25 de Abril
aqueles que o fizeram, ao fazer a carreira em
Alcaide, que a Rua estava cortada foram recu-
cidos a tiro de rajada de Metralhadora, e eu
aquele ficou logo morto e vários feridos, e população

Civil ficou com medo de sair de casa, e a
Comunicação Social, calou-se. isto não foi
divulgado, porque era os crimes verdadeiros e não
Comunidade, os F.P. 25 de Abril assassinaram
muita gente, e a Câmara fez o "fototo"
eu, Algis e outros 2 fizeram o "diário" da Camis.
Mafredo ex-Comandante Geral da P.S.P. de Angola
mataram os Comandantes das Comissões da
Cidade que era o Ferreira de Carvalho

4.
Tudo foi esse 1975 e 1976: ~~lanceles e cafarant~~
varão ~~de~~ A.P.S.: esse coruchó do Riliatjo
atafaram o P. da Ocuana que era o ferrão torrus
de Paredos do Miulo: atafaram o Diretor ^{de} Prizimif
Castelo ~~Draco~~ e efe. este assassino foi em
ca em Portugal: o País andava à deriva
Ocupados, pelo Costa Coeuns, Vasco Coeualves
Portugal nessa altura estava a ~~caemulo~~ da
essa guerra civil: quem salvar Portugal
da guerra civil foi o Jaime Neves e
ex P. da Republica ~~Reinaldo~~ Eeuns, foi
nessa altura do dia 25-11-1975 que Portugal
elefou na democracia, porque nessa altura o
País estava a ser ~~draco~~ fda H.C.B. Oito
Costa Coeuns, Vasco Coeualves, chamavam
nessa altura o ~~caemulo~~ de revulco, ali
nessa altura ocupavam-se casas à selvageria.
esse ~~caemulo~~ reeleccion o passado: o 25 de
Novembro de 1975: só foi festejado 4 a 5 anos depois.
Ofic a H.C.B. dos P.C.P. la deu a volta à
Comunicação Social e nunca mais falaram nisso
para Portugal ficou ~~caemulo~~ ao Esquerdismo da
H.C.B. e o 25 de Novembro ficou esquecido.:
A mesa de voto em Palhais no dia 30-01-2022, foi
constituida, só foi fessos do Casalinho para ~~caemulo~~
da Alameda ao TRUBIO: zero, faz-se de conta que não
existe: seria 2 = elementos, fada a censa, ficas equilibada
da Alameda ao TRUBIO: Asser foi feita à racismo:
não há democracia: Em Palhais:
O responsável Manuel Marçal da Silva